



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UNIRIO)
Centro de Ciências Humanas e Sociais - CCH
Escola de Biblioteconomia – EB

AUGUSTO MACHADO SOARES

**BOTA A CARA NO SOL, MONA! A FORMAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO E A
COMUNIDADE LGBTT: UM ESTUDO SOBRE A PREPARAÇÃO
ACADÊMICA PARA UM FUTURO SOCIAL IGUALITÁRIO**

Rio de Janeiro

2015

AUGUSTO MACHADO SOARES

**BOTA A CARA NO SOL, MONA! A FORMAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO E A
COMUNIDADE LGBTT: UM ESTUDO SOBRE A PREPARAÇÃO
ACADÊMICA PARA UM FUTURO SOCIAL IGUALITÁRIO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Escola de
Biblioteconomia da Universidade
Federal do Estado do Rio de
Janeiro, como requisito parcial à
obtenção do grau de Bacharel em
Biblioteconomia.

Orientação: Prof. Eduardo Alentejo

Rio de Janeiro

2015

S 676 Soares, Augusto Machado

Bota a cara no sol, mona: a formação do bibliotecário e o LGBT, um estudo sobre a preparação acadêmica para um futuro social igualitário. /Augusto Machado Soares. - 2015.

68 f. : il. color. ; graf. ; tab.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Bibliografia: f. 51-54.

1. LGBTT. 2. Educação. 3. Bacharelado em Biblioteconomia.
I. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Escola de Biblioteconomia. II. Alentejo, Eduardo. III. Título.

CDD 323.4

AUGUSTO MACHADO SOARES

**BOTA A CARA NO SOL, MONA! A FORMAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO E A
COMUNIDADE LGBTT: UM ESTUDO SOBRE A PREPARAÇÃO
ACADÊMICA PARA UM FUTURO SOCIAL IGUALITÁRIO**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado à Escola de
Biblioteconomia da Universidade
Federal do Estado do Rio de Janeiro
como requisito parcial à obtenção do
grau de Bacharel em
Biblioteconomia.

Aprovado em de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Eduardo Alentejo (Orientador)

Prof. Dra. Leila Beatriz Ribeiro (Avaliadora)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. MSC Marianna Zattar (Avaliador)
Universidade Federal do Rio de Janeiro

DEDICATÓRIA

Para aqueles que já tiveram um momento de desalento.
Não doerá eternamente, então não possibilite que isso afete o que há de
melhor e em você mesmo, nem o que está por vir.

Acredite.

“Qualquer maneira de amor valerá”
Milton Nascimento e Caetano Veloso.

“Nós não somos homens, nem somos
mulheres. Nós somos gente, computada
igual a vocês!”

Dzi Croquettes.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente a mim mesmo.

Não possuo muita coisa a dizer sobre minha construção de visão social, mas possuo muito a sentir sobre isso, o que me possibilitou o crescimento e o desenvolvimento deste trabalho e das minhas relações interpessoais.

Aos que me cercam, não poderia deixar de agradecer ao meu querido amigo e impecável orientador, Eduardo Alentejo, por me instruir de maneira tão sábia, possibilitando a construção deste trabalho e de outras diversas visões sociais.

Ao meu companheiro, Luiz Felipe Soares Cauduro, por ser mais do que um namorado. Ser muito mais do que eu poderia desejar ou imaginar de uma pessoa para estar ao meu lado, me ensinando a cada momento, me auxiliando e me realizando em todos os âmbitos da minha vida. Uma pessoa que me ofereceu sentimentos, dos quais eu nem sabia que poderia sentir.

Aos meus pais, por me instruírem, à sua maneira particular, como me comportar socialmente e como eu poderia ir contra a isso, me tornando uma pessoa mais tolerante e acolhedora de outros.

Aos meus amigos, que ainda permanecem ou que já se foram. Especialmente, minha querida amiga Taina Rocha, pelas discussões, correções, incentivos e todas as possibilidades de construção desse trabalho e de realizações pessoais. E a Palloma David, por me incentivar e pela participação deste processo, acreditando em mim, mesmo quando eu mesmo duvidava.

RESUMO

Trata sobre o ensino de Biblioteconomia do curso da Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) quanto à formação de profissionais diante da diversidade sexual e de gênero. Objetiva analisar a formação do bibliotecário quanto ao preparo relacionado à inclusão de valores ao público LGBTTT no âmbito da Biblioteca. Com isso, questionou-se como a academia deve favorecer a inclusão de valores ao público LGBTTT durante a formação profissional em Biblioteconomia? Especificamente, analisa a percepção de alunos concluindo o curso de graduação em Biblioteconomia da UNIRIO. Nessa perspectiva, questiona como os alunos do curso de bacharelado em Biblioteconomia avaliam a preparação à inclusão de valores ao público LGBTTT nas bibliotecas? Para tanto, a pesquisa de natureza quali-quantitativa emprega o método exploratório. A partir da abordagem da Unesco/IFLA bibliotecas para todos, analisa a literatura especializada e coleta dados através de questionário semiestruturado para análise estatística e de percepção. Explica que o acesso aos bens culturais, como é o caso das bibliotecas, pela população LGBTTT brasileira está associado com o sentido de inclusão de valores sociais, e este à visibilidade cidadã perpassa pelo entendimento de que os direitos humanos independem de quaisquer barreiras por estarem pautados e protegidos pela Declaração dos Direitos Humanos a qual o Brasil é signatário, por sua Constituição Nacional e pelo programa nacional específico, “Brasil Sem Homofobia”. Examina a evolução do Currículo de Biblioteconomia à formação de bibliotecários que entre as várias atividades de sua competência, a promoção do acesso à informação é aspecto de inclusão social. Reporta que isso encontra respaldo no conceito de sincretismo da Biblioteconomia brasileira, baseada no sentido humanístico da formação acadêmica e do acesso ao conhecimento. O exame da literatura aponta que o separatismo e o preconceito no âmbito educacional são barreiras para uma sociedade igualitária e pode estar presente no plano de formação acadêmica do bibliotecário. Conclui que, a despeito do potencial humanístico do curso de Biblioteconomia da UNIRIO, não há formalização curriculares quanto à inclusão de valores sociais à população LGBTTT durante a formação profissional.

Palavras-chave: Inclusão de valores sociais. LGBTTT. Identidade de Gênero. Educação. Formação do Bibliotecário. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Biblioteconomia.

ABSTRACT

The research deals with the teaching of the course of Librarianship of Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) and the training of professionals in the face of sexual and gender diversity. It aims to analyze the formation of the librarian as the preparation related to the inclusion of values to LGBTTT public within the Library. Thus, he questioned how the academy should favor the inclusion of values to the public LGBTTT during training in Library? Specifically, it analyzes the perception of students completing the undergraduate degree in Library of UNIRIO. From this perspective, questions how the students of the bachelor's program in Library Science evaluate the preparation of the inclusion of values to the public LGBTTT in libraries? Therefore, through exploratory method, this qualitative and quantitative research adopts the approach of UNESCO/IFLA: libraries for all. Through literature review and collecting data, analyses were made through semi-structured questionnaire under statistical analysis and perception. It explains that access to cultural goods, such as libraries, the Brazilian LGBTTT population is associated with the sense of inclusion of social values, and that the citizen visibility permeates the understanding that human rights are independent of any barriers because they are guided and protected by the Declaration of Human Rights to which Brazil is a consignee, in the Constitution and the specific national program "Brazil without Homophobia". It examines the evolution of Library Science Curriculum for training of librarians that among the various activities within their competence, the promotion of access to information is aspect of social inclusion. It reports that it is supported by the concept of syncretism of Brazilian Library, based on humanistic sense of academic training and access to knowledge. The literature points out that separatism and prejudice in the education sector are barriers to an egalitarian society and may be present in academic training plan librarian. It concludes that, despite the potential humanistic course of Library of UNIRIO, there is no formal curriculum on the inclusion of social values to the LGBTTT people during vocational training.

Keywords: Social Inclusion Values. LGBTTT. Gender and Identity. Education. Librarianship Training. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Biblioteconomia.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	OBJETIVOS E PERGUNTAS DE PESQUISA	12
3	JUSTIFICATIVAS	13
4	ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA	20
5	REVISÃO DE LITERATURA	22
5.1	Sexualidade, gênero, identidade de gênero	26
5.2	O separatismo social e o preconceito no âmbito educacional	27
5.3	Programa Brasil Sem Homofobia	30
5.4	Aspectos na formação do bacharel em Biblioteconomia no Brasil	34
5.5	Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado de Biblioteconomia	37
6	RESULTADOS	42
6.1	O gênero ao qual o respondente auto se identifica	43
6.2	A orientação sexual a qual cada respondente auto se identifica ...	43
6.3	A percepção das disciplinas com as quais questões relativas à diversidade foram vivenciadas por cada respondente	44
6.4	As habilidades desenvolvidas no processo de aprendizagem em lidar com a diversidade de público em bibliotecas, como a população LGBTT	45
6.5	Orientações disciplinares recebidas durante o curso em termos de atendimento aos usuários LGBTT	45
7	CONCLUSÃO	48
	REFERÊNCIAS	50
	GLOSSÁRIO.....	54
	ANEXO A	57

1 INTRODUÇÃO

O tema da pesquisa intitulada “Bota a cara no sol, mona! A formação do bibliotecário e o LGBTT: um estudo sobre a preparação acadêmica para um futuro social igualitário” aborda o ensino de Biblioteconomia do curso da Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) quanto à formação de profissionais diante da diversidade sexual e de gênero como usuário de bibliotecas e outros serviços de informação no âmbito da biblioteca, onde provavelmente estes irão atuar.

A cultura e as práticas de visibilidade cidadã de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Transgênero (LGBTT¹) tiveram um desenvolvimento tardio no Brasil quanto ao acesso aos bens culturais², como é o caso de promoção e inclusão de valores LGBTT em bibliotecas (ALENTEJO, 2014b); e na atualidade ainda precisa superar necessidades históricas, sociais e de constituição civil para alavancar uma educação de qualidade acessível e igualitária a todos.

Ao desenvolver a pesquisa, encontramos a noção de que a diversidade sexual interfere diretamente na formação do preconceito no âmbito da educação (LUVIZOTTO, 2009; TORRES, 2013).

Da mesma forma, a barreira linguística interfere à qualificação das representações possíveis de identidade e de gênero. Uma possível causa reside na atribuição linguística da língua portuguesa quanto à identidade de gênero; infelizmente ainda possuímos um acordo ortográfico da Língua Portuguesa³ que não nos permite abranger a todos os seres humanos e suas ramificações de gênero, por esse motivo limito-me a apropriação de ideias de

¹ A literatura reporta muitas siglas referentes à diversidade sexual, e dependendo de quem fala, se pode ter outras semelhantes àquela empregada nesse estudo, como por exemplo, LGBTQ ou LGBTTIQ como se encontra no grupo de trabalho da American Library Association (ALA) e da International Federation Of Library Associations And Institutions (IFLA). Optou-se por LGBTT pela orientação do estatuto da Associação Brasileira Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Ressalta-se que no formulário de pesquisa, empregou-se o termo LGBT considerando o senso comum.

² Exemplo, o Museu da Diversidade Sexual, na Avenida Paulista. A instituição funciona atualmente na Estação República do metrô, onde recebeu cerca de 35 mil visitantes ao longo do ano de 2014.

³ O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa limita-se ao sentido gramatical entre masculino e feminino, o que pode limitar o entendimento sobre gênero constituído socialmente <http://www.academia.org.br/abl/media/O%20Acordo%20Ortogr%C3%A1fico%20da%20L%C3%ADngua%20Portuguesa_anexo1%20e%20II.pdf>.

uma língua sexista e falocentrista (FREUD, 1974; BUTLER, 1990; BORDIEU, 1999) para abordagem dos temas conexos à pesquisa.

Um caminho para pensar inclusão de valores sociais à população LGBTTT aponta para o sentido de disciplinamento de corpos, do corpo social (FIGARI, 2009) cujo impacto sobre o direito de inclusão de valores LGBTTT e sobre a visibilidade LGBTTT na sociedade, em sua participação e papel no Estado perpassa pelo contexto educacional (ALENTEJO, 2014b), e este é marcado por sentidos como separatismo social e preconceito (TORRES, 2013).

Nesse contexto, esse trabalho de conclusão de curso está dividido em análises teóricas baseadas em revisão de literatura e trabalho empírico através de coleta de dados (Ver Anexo A) junto a estudantes do curso de Biblioteconomia da UNIRIO, finalizando com a elaboração de glossário organizado alfabeticamente por entradas dos termos como apêndice ao trabalho. A elaboração deste glossário visa facilitar a compreensão de termos, sendo produto de pesquisa cuja construção se deu sem prejuízo do tema central do trabalho e foi baseado na literatura da área e nos sítios das organizações LGBTTT como o Grupo Gay da Bahia e o Grupo Dignidade.

Por fim, tendo como parâmetro as análises propostas, apresenta-se uma discussão sobre o tema, e propõe uma conclusão reflexiva acerca de uma sociedade igualitária que tem por base o direito ao acesso aos bens culturais, especificamente, a biblioteca (BRASIL, 1988).

2 OBJETIVOS E PERGUNTAS DE PESQUISA

O objetivo geral da pesquisa foi analisar a formação do bibliotecário quanto ao preparo relacionado à inclusão de valores ao público LGBTTT no âmbito da Biblioteca. Nesse sentido, questiona-se como a academia deve favorecer a inclusão de valores ao público LGBTTT durante a formação profissional em Biblioteconomia?

Especificamente, a pesquisa buscou analisar a avaliação de alunos em fase de conclusão de curso de graduação em Biblioteconomia da UNIRIO no primeiro semestre de 2015. Questionou-se com isto como os alunos do curso de bacharelado em Biblioteconomia avaliam a preparação do curso relativa à inclusão de valores ao público LGBTTT nas bibliotecas?

A literatura especializada acerca do tema (TORRES, 2013; ALENTEJO, 2014b) sugere que o acesso aos bens culturais é um direito conquistado tanto pelo movimento LGBTTT, como consolidado em esferas democráticas, manifestadas, por vezes e a rigor, em legislação. A legislação federal brasileira declara a abrangência a todos os cidadãos da nação.

Os cidadãos LGBTTT não são diferentes de outras formas de exercício e diversidade de cidadania, tal como o preâmbulo da nossa Carta Magna (BRASIL, 1988, p. 13) indica:

o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias.

Na possibilidade de empreender este estudo, vale ressaltar que o Brasil, como estado democrático, conta com o respaldo constitucional de igualdade para todos no País, segue os princípios declarados nos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) que anseia a promoção e o encorajamento ao respeito aos direitos humanos para todos, tem como marco o combate à homofobia e a exclusão social de cidadãos LGBTTT através do Programa Brasil Sem Homofobia além de várias instâncias governamentais e civis de direitos e diversidade sexual.

3 JUSTIFICATIVAS

Uma noção disponível em pesquisadores como Foucault (2003) e Figari (2009) sobre o disciplinamento de corpos, do corpo social, pode ser uma perspectiva para reflexão sobre o direito de inclusão de valores LGBTTT e a visibilidade LGBTTT na sociedade, em sua participação e papel no Estado.

Sob a noção de dispositivo da sexualidade, do desejo de saber do prazer e sobre ele, Foucault (2003, p. 75-76, 88) explica que a “verdade de si” feita pelo mecanismo da confissão tem por força motriz a solicitação ou inquérito exercidos por todo tipo de instituição (científica, religiosa, educacional, familiar etc.), incluindo o Estado e suas instâncias operacionais. Para Foucault o domínio da sexualidade sobre o prazer, exercido pelo Estado é político onde a sexualidade:

Aparece mais como um ponto de passagem particularmente denso pelas relações de poder; entre homens e mulheres, entre jovens e velhos, entre pais e filhos, entre educadores e alunos, entre padres e leigos, entre administração e população (FOUCAULT, 2003, p. 98).

Foucault (2003, p. 98-99) ainda explica que não existe uma estratégia única de intervenção em nível mundial, daí as mais variadas estratégias de poder de confissão, persuasão e articulação das mais variadas estratégias de domínio.

Um desses posicionamentos é a “*pedagogização do sexo da criança*”. A natureza disciplinar da sexualidade, interpretada pelo Estado, perpassa pelo instituto da Educação carregado de noções relativas à atividade sexual, ora sendo 'indevida, ao mesmo tempo 'natural' e 'contra a natureza', traz consigo perigos físicos e morais, coletivos e individuais; as crianças são definidas como seres sexuais 'liminares', ao mesmo tempo aquém e já no sexo [...]” (FOUCAULT, 2003, p. 99), sobre uma demarcação tênue que se estende ao longo da vida de modo pedagógico, pela família, pelos educadores, pela Medicina, pela Psicologia.

Uma vez que o disciplinamento não tem um *modus operandi* igual, mas que tenta em todas as estratégias alguma normalização, Figari (2009, p. 139-140) explica a ordem disciplinar na América Latina, tendo o Brasil como objeto de seu estudo.

O autor afirma que ela começa com a entrada da República para o sistema colonizador com todos os aspectos mais íntimos (no sentido de menos regulado) da cultura imperial. O universo barroco do império tropical com as leis e ilustrado nos espíritos de formação discursiva republicanos é lido como a ordem social do excesso de produto e degeneração da escravidão e do privilégio de classe:

A tendência para a intervenção social urbana e de saúde na virada do século, durante a administração republicana aprofundará com o Estado Novo na década de 1930 o Estado, agora entendido como 'corpo' social e fagocitará o indivíduo (FIGARI, 2009, p. 140).

Desse modo, o papel do Estado intervém diretamente na vida familiar, no trabalho e na educação, tanto em termos de socialização quanto nas funções de apoio e da participação social. Pois, o Estado passa a exercer funções de transmissão, educação e reprodução de valores em favor de instâncias extrafamiliares de socialização e de contenção. O indivíduo é agora contestado por outros aparelhos ideológicos e pelas formações discursivas: ciência médica, instâncias do Estado, do que é Público, da Escola e do próprio local de trabalho (FIGARI, 2009, p. 140-141).

É a partir destas noções de intervenção disciplinar do Estado sobre o corpo, o corpo social, que se faz necessário distinguir o que dizemos sobre inclusão e sobre inclusão de valores sociais à população LGBTT, tal como já foi explicado por Alentejo (2014b), onde o direito a inclusão de valores se baliza no Estado democrático tendo em vista a legislação e as ações positivas de visibilidade das organizações por direitos humanos das comunidades LGBTT.

Desse modo, a diferença entre inclusão e o direito à inclusão de valores sociais pode ser compreendida na seguinte analogia: uma criança ao ser escolhida como a última em uma atividade em grupo, já está condicionada em associar essa experiência como algo negativo, se sentindo rejeitada pelos

demais. No entanto, o que a classifica como inferior por ser a última opção do grupo?

O ato de se incluir em algum grupo social, diz respeito à permissão de um ser fazer parte do que já está ante-estabelecido. Pensando que social e civilmente somos iguais, qual motivo leva um ser a contemplar que a decisão de permissão para a inclusão de alguém, diferente de si, em um grupo social, tem validade? Direcionando essa lupa para uma visão específica, porque é preciso uma permissão, se na realidade, é um direito a qualquer pessoa, pois a mesma já está incluída na sociedade, mas seus direitos não são validados.

Ou seja: reconhecer uma mulher transgênera, com aparência feminina, não cis, torna-se fácil. Entretanto, validar seus direitos como tal, já não faz parte da sua realidade. Quais são os óculos que podemos utilizar para enxergar a realidade?

No campo da Biblioteconomia, vários são os exemplos de inclusão de valores culturais, e, portanto, sociais, como reportado por Schrader (2014) por parte dos bibliotecários e bibliotecas. Isso se pauta na convicção nuclear de que os bibliotecários são catalisadores para a mudança social e transformação pessoal no seio da sociedade (SCHRADER, 2014).

Por outro lado, mesmo com essa 'missão' social, as bibliotecas são instituições que estão suscetíveis à regulação e aos moldes por parte do Estado, dependentes em suas atividades do contexto político e legislativo de uma determinada nação; e da mesma forma, bibliotecários também estarão submetidos às mesmas regras e contextos.

No caso da população LGBTTT, o status de direitos civis ao redor do mundo determina os moldes institucionais de bibliotecas e outros bens culturais bem como as ações de seus profissionais (SCHRADER, 2014).

Isto é, de acordo com o contexto nacional, esse status pode significar desde a penalidade como a execução sumária pelo Estado, morte, prisão, violência, discriminação e opressão até aos aspectos ligados a legalidade, igualdade de direitos, como a legalização do casamento, e respeito à diversidade sexual como sendo respeito à diversidade humana.

que buscam combater a violência contra a população LGBTT (ALENTEJO, 2014b).

Contemporaneamente, a Irlanda foi o primeiro país a aprovar o “casamento gay” em um referendo, e os Estados Unidos, mais recentemente, aprovou na Corte os direitos igualitários pelo casamento LGBTT.

No Brasil, são reconhecidas às uniões estáveis homoafetivas, todos os direitos conferidos às uniões estáveis entre um homem e uma mulher. Em 2013 o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou uma resolução que obriga todos os cartórios do país a celebrar casamentos entre pessoas do mesmo sexo e converter a união estável homoafetiva em casamento, faltando, ainda, o reconhecimento formalizado pelo Poder Legislativo brasileiro (WYLLYS, 2015).

No entanto, o processo educacional de combate às desigualdades e à violência para tornar sociedades mais justas, ocorre por ações concomitantes aos avanços legislativos. A meu ver, é necessário que tais ações sejam contínuas para se estabelecer em longo prazo a garantia de direitos, dado que a legislação por si só pode contribuir para melhorias, mas ainda não garante os direitos civis da população LGBTT.

Uma vez que o Estado vem interferindo no corpo social sem o processo educacional em seu esforço contínuo, a desigualdade e a ausência de inserção ou inclusão de valores aos grupos humanos LGBTT continuarão a expor dificuldades. Portanto, se o Estado - ao longo do tempo, no Brasil e no exterior - intervém no corpo e nas subjetividades, é conexo que os direitos civis em países ditos democráticos atuem em favor da inclusão de valores sociais à população LGBTT, e não ao contrário, os desvalorizando ou criminalizando suas as práticas, causando perseguição, prisão e até pena de morte. Nesse sentido, bibliotecas e sistemas educacionais acompanharão na mesma proporção tal predisposição de Estado nas questões de direitos civis de toda a sociedade, incluindo cidadãos LGBTT.

O Brasil é um país democrático, constituído pela carta magna de 1988 da qual enfatiza em seu preâmbulo que ele é um:

Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, **a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos,**

fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional [...] (BRASIL, 1988, grifo nosso).

Desde a década de 1990, a comunidade LGBTTT brasileira teve grande influência no desenvolvimento de políticas públicas no seio da sociedade. O Brasil teve uma longa jornada para alcançar objetivos de inclusão à promoção do programa brasileiro "Brasil sem Homofobia".

Seu aspecto central é o reconhecimento do Estado e seu povo que os direitos sexuais são direitos humanos (SILVA et al, 2005). Isto também inclui a formação e inclusão de pessoas LGBTTT em projetos culturais no país (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSSEXUAIS, 2013).

A primeira fase desta pesquisa decorreu pelo interesse de participação ao projeto de pesquisa do Professor Alentejo, intitulado: "Inclusão de valores às comunidades quilombolas, indígenas, ciganas e LGBTTT em bibliotecas públicas brasileiras", do qual o pesquisador participou como bolsista voluntário, que se interessou sobre o tema formação bibliotecária para atendimento ao público LGBTTT.

No decorrer deste projeto de pesquisa, em um primeiro momento, observou-se o crescimento de projetos sobre o papel do movimento LGBTTT no Brasil dentro de participação acadêmica, por exemplo: Laboratório Integrado de Diversidade Sexual e de Gênero, Políticas e Direitos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Os projetos de investigação foram verificados dentro do ensino superior público o que resulta em teses e dissertações em vários campos do conhecimento. Para esta primeira análise, comparou-se o crescimento do sujeito em obras depositadas na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD). O número de obras recuperado sobre o Programa Brasil Sem Homofobia no período entre os anos de 2000s: 2000-2004 foi zero; mas entre os anos de 2005-2013 dezessete obras foram identificadas.

Este crescimento pode estar relacionado com ações de visibilidade de Organizações Cívicas LGBTTT no país na última década. No entanto, não foi possível identificar qualquer pesquisa sobre a promoção de valores de inclusão

no contexto da biblioteca e outros bens culturais, e nem sobre a formação profissional do bibliotecário considerando a diversidade e a população LGBTTT.

Fonseca (1979) explica o caráter humanístico da formação profissional de Biblioteconomia no Brasil, afirmando um projeto erudito, técnico e ao mesmo tempo humanístico que ansiava por um cenário democrático. Já o exame ao Projeto Pedagógico do Curso de Biblioteconomia da UNIRIO aponta para considerações de natureza de formação humanística do bibliotecário, o que se supõe que questões relativas à diversidade LGBTTT poderiam ser mais abrangentes e inclusivas.

4 ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA

Neste capítulo serão expostos os procedimentos metodológicos utilizados para a realização deste estudo baseados na revisão de literatura sob a abordagem de bibliotecas para todos, a partir da perspectiva de Nunes (2007) e nos conceitos de metodologia de Gil (2002).

A noção de bibliotecas para todos segundo Nunes (2007) apresenta uma dificuldade de natureza social, ideológica e das relações de poder. Para a autora, tal noção da IFLA/Unesco consolida a referência de bibliotecas públicas para todos, por sua vez, estas se afirmam como tal e buscam agir como multiplicadoras de produtos culturais para todos os setores da população.

Isto significa que enquanto os principais conteúdos de bibliotecas “inevitavelmente refletem o mercado editorial e os conteúdos ideológicos dominantes na sociedade - o chamado ‘*mainstream*’ (capitalista, sexista, consumista, heterossexual)” (NUNES, 2007, p. 11), o próprio conceito de biblioteca pública, entendida como instituição pública, implica a rejeição de qualquer censura e aponta para a criação de espaços para produtos específicos e manifestações culturais das chamadas culturas minoritárias.

Sob esta abordagem, e sem querer esgotar o tema, a perspectiva de se atender aos objetivos de pesquisa apontou para uma busca de entendimentos na literatura sobre diversidade, direitos e inclusão de valores sociais da população LGBTTT no Brasil, no âmbito da biblioteca, tendo como análise o posicionamento do profissional bibliotecário, sob o ponto de vista de sua formação, diante desse *mainstream*.

A explicação sobre a base conceitual de Biblioteca para todos (NUNES, 2007) motivou o prelúdio desta pesquisa, de natureza quantiqualitativa, procurou-se encontrar respostas a partir de fenômenos humanos dos respondentes, isto é, “[...] o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO, 2012, p. 21).

Esse estudo se deu através da análise de artigos científicos e livros de diversas áreas do conhecimento, tais como: Filosofia, Biblioteconomia, Direito, Pedagogia, Sociologia e Literatura. Além da revisão de literatura com o desígnio de buscar a base teórica para fundamentar o tema e objetos de

pesquisa, elaborou-se um questionário semiestruturado (Ver Anexo A), com perguntas abertas e fechadas, que se pretendeu aplicar ao universo populacional destinado a este estudo, ou seja, alunos do curso de Biblioteconomia, em fase de conclusão da graduação no primeiro semestre de 2015, totalizando 30 indivíduos regularmente matriculados e que estão em fase de término de curso.

Nesse universo, a amostra obtida de indivíduos totalizou 17 respondentes com autoridade para atender ao questionário. As variáveis de pesquisa partiram da análise de revisão de literatura para atender ao objetivo específico de investigação, contendo dez questionamentos que procuram encontrar a visão do estudante, de como a sua formação engloba (ou não) o atendimento à diversidade, principalmente com a questão de orientação sexual e identidade de gênero; tornando-se assim, além de uma coleta de dados apresentados, uma pesquisa reflexiva sobre os temas em questão.

Sobre a aplicação do questionário: este foi elaborado em forma de formulário online, via *GoogleDocs*, através de e-mail, para alunos de Biblioteconomia que atenderam previamente a participação da pesquisa tendo como objetivo de coletar dados “com a finalidade de verificar similitudes e explicar divergências” (LAKATOS; MARCONI, 2011, p. 92).

De acordo com Gil (2002) uma pesquisa pode classificar-se em exploratória, descritiva ou explicativa com relação aos objetivos. A presente pesquisa modula-se no perfil descritivo, pois “tem por objetivo levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população” (GIL, 2002, p. 42), pressuposto como objetivos de pesquisa a avaliação do preparo pedagógico-acadêmico da formação do Bibliotecário no curso de Biblioteconomia da UNIRIO e as implicações ao atendimento aos usuários LGBTTT dos bens culturais da sociedade, como Bibliotecas.

5 REVISÃO DE LITERATURA

Tendo em vista alcançar o objetivo referente à análise da formação do bibliotecário quanto ao preparo relacionado à inclusão de valores ao público LGBTT no âmbito da Biblioteca, a revisão de literatura apresenta a seguir reflexões obtidas em torno de assuntos que permitiram extrair as variáveis de pesquisa na coleta de dados, no trabalho empírico.

Esses assuntos são essencialmente os seguintes: sexualidade, gênero, identidade de gênero, separatismo social e o preconceito no âmbito educacional brasileiro (JUNQUEIRA, 2009; LUVIZOTTO, 2009; TORRES, 2013), a análise do Programa Brasil sem Homofobia; aspectos da formação humanística do bacharel em Biblioteconomia no Brasil (ALMEIDA; BAPTISTA, 2013) e o Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado de Biblioteconomia (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2010).

No entanto, questões relativas ao tema proposto perpassam pela história do movimento LGBTT contemporâneo, principalmente aquele evidenciado no pós Segunda Guerra Mundial que teve alcance mundial. Essa perspectiva remete, em alguma medida, ao entendimento sobre a influência do separatismo social (LUVIZOTTO, 2009) e como ele se conecta com a educação no Brasil no desenvolvimento desta pesquisa.

Com essas perspectivas, o consenso do movimento LGBTT contemporâneo passa a lidar com várias questões relacionadas com o próprio desenvolvimento do movimento entre instâncias civis organizadas ao longo do tempo, incluindo visibilidade e inclusão de valores sociais à população LGBTT.

Sem exaustividade em aprofundar o histórico do movimento LGBTT pelos quais envolvem várias épocas, localidades e contingências, aponta-se a seguir alguns fatos marcantes relativos ao entrosamento dos movimentos civis por direitos LGBTT e Estado.

O grande estouro do movimento LGBTT, deu-se em 1969, em um bar gay chamado Stonewall Inn (WEEKS, 1985), em Nova York, Estados Unidos da América, onde houve um grande ato de resistência e de proteção aos integrantes da comunidade. Antes desse acontecimento, já havia ocorrido outras manifestações e protestos, em prol da defesa à diversidade (não

exatamente como conceituamos nos dias atuais) na Alemanha, Europa Central e EUA. Após um ano, houve uma marcha, em comemoração ao ocorrido em Stonewall – nome que ficou conhecido o ato citado acima - o movimento adquiriu mais visibilidade e ao longo da década de 1970, com a teorização da Revolução Sexual formou-se ideologias, que passaram a ser contempladas pelo movimento LGBTTT na contemporaneidade.

O movimento que conhecemos hoje, no Brasil, deu-se início no final dos anos 1970, formado em sua maioria por homens homossexuais. Em meio a ditadura militar, aliados por movimentos feministas surgidos no meio da década de 1970, por organizações do movimento negro, como o Movimento Negro Unificado e pela imprensa com o surgimento do Jornal Lampião da Esquina (GRUPO DIGNIDADE, 2010), o movimento LGBTTT teve como seu ponto de partida a desconstrução da sexualidade, e o empoderamento da identidade (FRY, 1985).

Já na década de 1980, com grandes números de casos de AIDS (*Acquired Immunodeficiency Syndrome*) – aumentando a vulnerabilidade social dos grupos homossexuais (ALENTEJO, 2014b) - e lenta dilatação de mercado de bens e serviços destinado ao público homossexual, a prioridade foi com relação aos direitos civis à comunidade, procurando promover mudanças sociais, contra a discriminação e combate à violência. Nesse momento já conseguimos enxergar muitas semelhanças com o movimento na atualidade, como a questão da visibilidade e inclusão de valores sociais (MELO, 2013).

Um paradigma muito grande ao expor o histórico do movimento LGBTTT, no Brasil, é que inicialmente ele era voltado somente em atender ao público homossexual masculino, mesmo com a homossexual feminina estar presente no movimento desde a sua construção. Em meados de 1990 foi finalmente incluído em sua sigla as homossexuais femininas (Lésbicas) e após alguns anos, os “Travestis”, por meio de grandes visibilidades em casos de violência e um grande histórico da AIDS a essa classe. (VIANNA; LACERDA, 2004).

Assim como os acolhimentos das Transexuais dar-se-ia pela grande luta em acesso a cirurgias experimentais de transgenitalização, que foram aprovadas pelo Conselho Federal de Medicina em 1997, em 2008 o Ministério da Saúde deu ao tema status de questão de saúde pública, ao assumir os

custos da cirurgia de mudança de sexo em homens e, no final de 2010, em mulheres (ESPOLADOR; FERRARI; CAPELARI, 2014).

Esse histórico tem demonstrado que as relações sociais se conectam com a constituição civil de uma nação, por exemplo, leis de direitos civis conquistadas em variadas partes do mundo, como o caso do Canadá que em 2005 aprovou a legislação de casamento civil entre cidadãos LGBTT (BBC BRASIL, 2005) e mais recentemente, a Suprema Corte dos Estados Unidos aprovou a condição de casamento entre pessoas do mesmo sexo.

Esse contexto remete à noção de inclusão de valores; e principalmente na esfera da Educação, isso tem sido sistematizado através de programas de organizações civis e governamentais. Com o 'Programa Brasil Sem Homofobia' (CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO, 2004), de combate à homofobia, à violência e à discriminação LGBTT e a promoção da cidadania homossexual, onde o ambiente educacional é o principal foco das ações positivas para a inclusão de valores sociais à população LGBTT.

A inclusão de valores sociais à população LGBTT significa, entre outras possibilidades, o que conclui Alentejo (2014b) sobre pesquisa realizada entre os movimentos brasileiros LGBTT em relação à promoção da cidadania desse grupo humanitário; onde organizações civis por direitos LGBTT têm sensibilizado bibliotecas públicas e outros centros culturais com novas abordagens de visibilidade e combate à homofobia sob o ideal de bibliotecas para todos numa cultura de paz, trabalhando em conjunto com instâncias educacionais e culturais no País.

Principalmente quando se refere ao acesso desses grupos humanitários aos bens culturais, bibliotecas, arquivos, museus entre outros, as ações de promoção da visibilidade e inclusão de valores sociais se manifestam em ideais como previsto no Manifesto IFLA/Unesco⁴ de bibliotecas para todos, sem barreiras ou quaisquer tipos de discriminação, levando a uma profunda reflexão do pensar e fazer em Biblioteconomia e considerando a diversidade humana como princípio fundador das práticas biblioteconômicas.

⁴ Todos os que em todo o mundo, a nível nacional e local, têm poder de decisão e a comunidade de bibliotecários em geral são instados a implementar os princípios expressos neste Manifesto. O Manifesto foi preparado em cooperação com a IFLA.

Esse manifesto interpretado pela comunidade mundial se encontra em acordo com os direitos humanos enunciados pela ONU. A declaração universal dos direitos humanos da ONU é um documento fundamental de defesa dos direitos humanos que regula os direitos fundamentais, civis, políticos e sociais de que devem gozar todos os seres humanos, sem discriminação de raça, sexo, nacionalidade, religião, língua, entre outros. Estes direitos referem-se a um conjunto de princípios de caráter universal e estão estritamente ligados à dignidade humana, sendo que não é possível vendê-los, trocá-los, doá-los ou dividi-los, pois são direitos inerentes ao ser humano.

Tal como explica Siteo (2012), a universalidade dos direitos humanos permitiu a existência de um sistema internacional que visa a proteção dos grupos humanos através de tratados, convenções e pactos internacionais. Nessas possibilidades, os países-membros comprometem-se com a efetivação destes direitos através de vários institutos forenses e legislativos.

Segundo a autora, os países que assinam esta declaração devem tornar verossímil sua aplicação para assegurar liberdades fundamentais e individuais dos povos. Isto se traduz na direta intervenção do Estado, perpassando pela elaboração de políticas públicas e aprovação de leis inerentes ao princípio da universalidade dos direitos humanos.

É neste sentido que, em harmonia com a declaração Universal dos Direitos Humanos, a Constituição Federal do Brasil, em seu Título I dos princípios fundamentais, no Art. 3º os objetivos fundamentais da República do Brasil: “IV promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 1988, p. 14).

Nesse contexto, entendemos que a formação do profissional bibliotecário deveria considerar a inclusão de valores sociais à diversidade humana, pois, segundo Almeida e Baptista (2013), o Currículo de Biblioteconomia evoluiu à formação de bibliotecários para várias atividades de sua competência, entre elas, a promoção e acesso à informação. Essa evolução encontra respaldo no conceito de sincretismo da Biblioteconomia brasileira, explicado por Alentejo e Pinheiro (2014) como a combinação de teorias e práticas emanadas por variadas contingências sociais.

Assim, se a formação humanística do curso de Biblioteconomia da UNIRIO, conforme seu plano pedagógico, que propõe contribuir para a formação de cidadãos críticos e capazes de exercerem a cidadania, o que inclui o direito de acesso aos bens culturais sem quaisquer tipos de barreiras, a população LGBTTT deveria ser inserida no contexto de formação educacional quanto à visibilidade e inclusão de valores, de modo que, profissionais possam estar conscientes desse direito frente às bibliotecas e outros centros culturais.

5.1 Sexualidade, gênero, identidade de gênero

Compreende-se que os termos “sexualidade” e “gênero” possuem significados amplos e durante muito tempo não eram discutidos como aspectos de cidadania no seio educacional, ora por falta de conhecimento e por muitas vezes ora impostos por paradigmas religiosos.

Mas, faz-se importante a explanação. Sexualidade nos projeta para uma realidade única e expansiva do indivíduo, muitas vezes paradoxal, onde o ser possui a necessidade de saciar seu desejo afetivo, sexual ou emocional por outro indivíduo, seja com base na heteronormatividade, - o homem, nascido com o falo, se sente atraído por mulher, nascida com a vulva (Homem Cis) – ou seja com base no desejo desprendido de qualquer algema social – homossexual, lésbico, transexual ou qualquer outra forma de sexualidade que ainda está por ser construída.

Já as questões de gênero estão associadas a uma pluralidade de teorias e debates, das quais se pode compreender, minimamente, que estão ligadas às experiências individuais e internas de cada um, de acordo com seus genitais, psicologia ou papéis assumidos socialmente, podendo ou não ser modificado ao longo da vida do indivíduo (FRY, 1985).

Vale o posicionamento teórico quanto à ideia de diversidade humana, essencialmente, a diversidade sexual. De acordo com Chaves (2010), o sentido de diversidade tem uma longa história na configuração das ciências sociais. Isso está associado “à construção de explicações científicas sobre os complexos modos de organização dos grupos humanos e ao seu desenvolvimento histórico”. Ainda de acordo com o autor, a diversidade

humana abrange noções de diversidade linguística, étnica, cultural, religiosa, sexual entre outras.

Chaves (2010) explica que as diversidades étnicas, linguísticas e religiosas se somam à complexidade diante dos processos de empobrecimento e à emergência de novos formatos de grupos humanos, nas relações sociais, que:

reivindicam especificidades para sua condição de deslocados pela violência, migração forçada, precariedades relacionadas com a vulnerabilidade de sua condição social que poderiam lançá-los [grupos humanos] à indigência, exclusões e discriminações no acesso e no uso dos recursos gerados pela produção, reivindicação de identidades sexuais e de gênero não convencionais e, em geral, reivindicações relacionadas com a reação contra a exclusão e com a exigência de reconhecimento e aceitação das diferenças. É a afirmação das identidades o que tem dado visibilidade à diversidade (CHAVES, 2010).

Nessa possibilidade de entendimento, como saber o que é a sexualidade? Como aborda Torres (2013) a sexualidade é uma construção social, ou seja, um conjunto de ocorrências, em diferenciados nexos histórico-sociais no processo de educação. Percebemos assim, que a sexualidade é abordada há anos e de diversas maneiras, se adequando às culturas e épocas relacionadas, mas como saber o que é a sexualidade construída pela sociedade ou a sexualidade individual do ser?

De acordo com Torres (2013), desde os gregos, existem relatos de que para aprovação, pelos “deuses”, de um determinado casamento, a mulher deveria ter relações sexuais com o imperador, antes mesmo do seu esposo, ou seja, ainda virgem, assim como o homem deveria ser submetido à introdução de algum objeto em sua cavidade anal.

Já entre os romanos, os ideais sexuais eram equivalentes aos dos gregos. A pederastia (relação entre um homem adulto e um rapaz mais jovem) era encarada como um sentimento puro. No entanto, se a ordem fosse subvertida e um homem mais velho mantivesse relações sexuais com outro, estava estabelecida sua desgraça – os adultos passivos eram encarados com desprezo por toda a sociedade, a ponto de o sujeito ser impedido de exercer cargos públicos.

Contudo, a relação sexual habitual dos homens mais velhos com os mais novos, era dita como normal (ULLMANN, 2007), onde o sexo entre homens e mulheres, seriam somente para procriação, assim como relata Fry (1985, p. 21), que para sociedade “É tido como “natural” que o homossexual masculino seja “afeminado” e a homossexual feminina “máscula”, e assim as “bichas” e “sapatões” do folclore brasileiro adquirem o status de uma condição que nunca é social, mas sim natural”.

Nesse contexto, conseguimos enxergar como a sexualidade independe do sexo ou da genitália, mas sim dos prazeres, do desejo do indivíduo. Conseguimos também clarificar que, independentemente de se relacionar com pessoas do sexo equivalente, isso era uma prerrogativa exclusiva ao homem (Misoginia), assim como o ideal de religiosidade ser impositor nos atos civis da sociedade, não sendo excludentes as ideias de dicotomia, onde a passividade sexual está relacionada às pessoas tidas como submissas e marginalizadas.

As diferenças comportamentais do masculino e do feminino não podem ser explicadas apenas em termos de diferenças biológicas, pois se observa que os papéis sexuais estão forjados socialmente. Então, quem ou como se definir o que é aceitável ou condenável?

No entanto, a literatura examinada reporta uma variedade de fenômenos no campo educacional, tais como o separatismo social e o preconceito no âmbito educacional, analisado a seguir.

5.2 O separatismo social e o preconceito no âmbito educacional

O entendimento da influência do separatismo social (LUVIZOTTO, 2009) conectado com a Educação no Brasil permeia a noção de que a diversidade sexual interfere diretamente na formação do preconceito no âmbito da educação (JUNQUEIRA, 2009; TORRES, 2013).

A repulsa por algo que foge do ideal de normal, não se aplica somente nos casos LGBTT, mas como em vários âmbitos sociais. Junqueira (2009) explana que:

Em outras palavras, com frequência, colocamos nossas boas intenções e nossa confiança em uma educação a serviço de um sistema sexista e heterossexista de dominação que deve justamente a essas intenções e confiança a uma parte significativa de seu poder de conservação. [...] Inclusive, se referem as incompreensões acerca da homofobia e de seus efeitos e produzem ulteriores obstáculos para a sua compreensão como problema merecedor da atenção das políticas públicas.

Por meio da heteronormatividade, a heterossexualidade é instituída e vivenciada como única possibilidade legítima de expressão identitária e sexual do indivíduo (WARNER, 1993).

Tal como explicam Rondini; Teixeira Filho; Toledo (2013), a Educação Sexual é um processo que se desenvolve e se expande por um conjunto de fatores comportamentais, buscando oferecer espaço, voz, materialidade às únicas coisas que são inerentes ao ser humano: seus sentimentos, seus desejos.

De acordo com Prado; Rodrigues; Machado (2006 apud TORRES, 2013, p. 43), a escola ocupa o terceiro lugar de discriminação, após a família e os lugares públicos de lazer.

Percebe-se assim, que a educação e a educação sexual, no ambiente escolar propõe possibilitar a diminuição da exclusão de minorias sociais na medida em que se tem uma compreensão dos fatores que produziram as desigualdades a elas impostas, visando o respeito e o cumprimento dos Direitos Humanos e suas possibilidades de ações para grupos diversos.

De fato, nenhuma das teorizações sobre as causas da sexualidade será abrangente o suficiente para se definir o desejo de um ser, por isso tendencialmente as tratamos como produções ideológicas.

Desta ótica, estas teorias (TORRES, 2013; JUNQUEIRA, 2009), possuem muito mais voz das pessoas que as articulam, dos contextos sociais e culturais onde são produzidas do que sobre a sexualidade em si.

Contudo, os fenômenos advindos do separatismo social e do preconceito no âmbito da Educação no Brasil são marcantes. Um exemplo que ilustra esta afirmação se pode verificar no Projeto DAMAS, na cidade do Rio de Janeiro, e o Programa do Conselho Municipal de Assistência à Diversidade na cidade de São Paulo.

O projeto DAMAS foi criado em 2004 pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social no Rio de Janeiro e tem como objetivo garantir espaços para a educação e a formação profissional para cidadãos travestis e transexuais para que possam ter uma chance real de trabalhar, não sendo resumidas à prostituição, pois, há o reconhecimento de que o acesso à educação se torna quase impossível para esses grupos sociais diante dos fenômenos de separatismo social e sua conexão ao preconceito no ambiente da escola (ALENTEJO, 2014b).

Em São Paulo, a Segunda Conferência Municipal LGBTT, em cooperação com o Conselho Municipal de Atenção à Diversidade Sexual, recomendou a formalização jurídica de políticas públicas para a população LGBTT à Câmara Municipal. No que diz respeito às bibliotecas públicas na cidade, as seguintes recomendações foram consideradas para começar em 2014: Introdução de oficinas regulares: espaços de interação social e o acesso aos bens culturais, bibliotecas públicas e centros culturais, visando à formação de registros de mídia, bem como a formação de coleções de livros e outros meios de comunicação sobre as questões da diversidade sexual, de gênero e identidade de gênero (ALENTEJO, 2014b).

Isso também inclui o treinamento de todos os bibliotecários a lidarem com o atendimento às expectativas de usuários LGBTT, onde os profissionais tiveram treinamento para comentar sobre livros e vídeos, bem como treinamento de excelência em serviço para as pessoas LGBTT.

5.3 Programa Brasil Sem Homofobia

O Programa Brasil Sem Homofobia trata essencialmente do Combate à Violência e à Discriminação contra LGBT e de Promoção da Cidadania Homossexual (CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO, 2004).

Historicamente, o programa Brasil Sem Homofobia foi uma construção participativa entre organizações de direitos humanos, dos direitos LGBTT e o Estado brasileiro cujo termo foi formalizado em texto em 2004.

No âmbito do Programa Direitos Humanos, isto é, Direitos de Todos, o Plano Plurianual do Ministério da Saúde definiu a ação denominada Elaboração do Plano de Combate à Discriminação contra Homossexuais. Tal iniciativa teve como objetivo a efetivação de compromisso social e Estado, com a participação da Secretaria Especial de Direitos Humanos que lançou o texto final 'Brasil Sem Homofobia - Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGBTTT e de Promoção da Cidadania Homossexual.

O principal objetivo desse programa é a promoção da cidadania de gays, "lésbicas, travestis, transgêneros e bissexuais, a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbicas, respeitando a especificidade de cada um desses grupos populacionais" (CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO, 2004, p. 11).

O Programa pauta-se na reafirmação de defesa, garantia e promoção dos direitos humanos que incluem o combate a todas as formas de discriminação e de violência e que, portanto, estabelece que "o combate à homofobia e a promoção dos direitos humanos de homossexuais é um compromisso do Estado e de toda a sociedade brasileira" (CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO, 2004, p. 12).

Essencialmente, o Programa atua em áreas como a saúde, a educação e a justiça, pois, uma vez que "os homossexuais brasileiros organizados têm enfrentado a histórica situação de discriminação e marginalização em que foram colocados no seio da sociedade brasileira" (CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO, 2004, p. 15), a noção de defesa, proteção de direitos e inclusão de valores sociais aos cidadãos LGBTTT no Brasil se fazem emergentes e de modo continuado.

E, para além da afirmação da legitimidade dos direitos civis, sociais e políticos, a atuação das entidades civis "tem se desdobrado em um notável engajamento no enfrentamento de graves problemas de interesse público, sendo casos exemplares de sua mobilização em torno da luta contra o HIV/AIDS no País e do combate à violência urbana⁵" (CONSELHO NACIONAL

⁵ Experiência pioneira nesse sentido foi o DDH (Disque Defesa Homossexual), criado no Rio de Janeiro em 1999 e que hoje existe em outras cidades, como Campinas (Centro de Defesa ao Homossexual), Brasília (Disque Cidadania Homossexual) e Salvador. A entidade sobre direitos humanos Brasil

DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO, 2004, p. 15). Em ambos os contextos, têm visto surgir uma eficiente parceria entre organizações civis e governamentais, tais como órgãos de saúde e de segurança pública municipais, estaduais e federais.

Quanto ao contexto educacional, o capítulo quinto do texto apresenta os principais objetivos do Programa que se manifesta no direito à Educação como força motriz à promoção de valores de inclusão sociais baseados no respeito à paz e à diversidade humana sem discriminação por orientação sexual.

1. Elaborar diretrizes que orientem os Sistemas de Ensino na implementação de ações que comprovem o respeito ao cidadão e a não-discriminação por orientação sexual.
2. Fomentar e apoiar curso de formação inicial e continuada de professores na área da sexualidade;
3. Formar equipes multidisciplinares para avaliação dos livros didáticos, de modo a eliminar aspectos discriminatórios por orientação sexual e a superação da homofobia;
4. Estimular a produção de materiais educativos (filmes, vídeos e publicações) sobre orientação sexual e superação da homofobia;
5. Apoiar e divulgar a produção de materiais específicos para a formação de professores;
6. Divulgar as informações científicas sobre sexualidade humana; Brasil Sem Homofobia;
7. Estimular a pesquisa e a difusão de conhecimentos que contribuam para o combate à violência e à discriminação de LGBTTT;
8. Criar o Subcomitê sobre Educação em Direitos Humanos no Ministério da Educação, com a participação do movimento de homossexuais, para acompanhar e avaliar as diretrizes traçadas. (CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO, 2004, p. 23)

Na esfera educacional, a expectativa do Programa se baseia em um dos seus objetivos centrais com base na educação e na mudança de comportamento dos gestores públicos e de educação.

Sob o ponto de vista das organizações civis, espera-se atitude positiva de visibilidade LGBTTT como aspecto de inclusão de valores sociais no Brasil, e dos quais a convivência sem discriminação e sem violência são marcos da bandeira de luta.

Além disto, há a expectativa de que a integração interministerial do Poder Executivo, em parceria com o movimento homossexual, prospere e avance na implantação de novos parâmetros para definição de políticas

(@DHumanosBrasil) lançou o Sistema Nacional LGBT, que articula políticas públicas em conjunto com Estados, Distrito Federal e municípios. O módulo LGBTTT do Disque100 é hoje a principal ferramenta no combate à violência homofóbica. O serviço é gratuito e anônimo.

públicas, incorporando de maneira ampla e digna milhões de brasileiros (CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO, 2004).

Espera-se, portanto, mudanças positivas no contexto social brasileiro, o que inclui a formação profissional de nível superior. E tal como se verifica na história do ensino da Biblioteconomia brasileira, a profissão do bibliotecário deve perceber as mudanças sociais e a elas associar-se ao bem da profissão e da sociedade.

De norte a sul do Brasil, grupos de trabalho foram criados para apoiar a produção de bens culturais e formalizar de maneira maciça eventos de visibilidade e afirmação de orientação sexual sob uma cultura de paz. Estes grupos têm incentivado a distribuição, circulação e acesso aos bens e serviços culturais dos setores público e privado, incluindo bibliotecas.

Organizações por direitos LGBTTT têm afirmado que as bibliotecas públicas podem contribuir para a promoção de cidadãos LGBTTT por duas razões básicas (ALENTEJO, 2014b):

- a) a promoção da participação da população homossexual em relação ao uso das coleções em desenvolvimento e,
- b) apoio aos eventos destinados à visibilidade LGBTTT.

Se esta visão das entidades engajadas no Programa Brasil Sem Homofobia alcança as bibliotecas, uma questão necessária para que esta expectativa se cumpra está relacionada com a formação do profissional bibliotecário. Um modo de perceber isto é analisar alguns aspectos da história da formação do bibliotecário no Brasil.

5.4 Aspectos na formação do bacharel em Biblioteconomia no Brasil

Conforme indica Mueller (2004), é importante conhecer o processo de desenvolvimento curricular da biblioteconomia no Brasil, pois, o entendimento sobre o processo histórico e evolutivo da profissão, e conseqüentemente do processo de formação profissional ao longo dos anos, propicia o entendimento do seu presente e uma programação do futuro.

De acordo com Almeida e Baptista (2013), o ensino de Biblioteconomia passou por diversas etapas, em especial: as diferenças dos conteúdos ministrados no Rio de Janeiro e em São Paulo no início do século XX que à época demonstravam conflitos em termos de paradigma onde no Rio de Janeiro se tinha uma perspectiva acadêmica erudita e em São Paulo, reclusa às técnicas de organização.

No entanto, a padronização dos currículos na década de 1960 e a autonomia curricular advinda com as Diretrizes Curriculares foram marcos que contribuíram para a ampliação dos currículos dos cursos de Biblioteconomia no Brasil, de nível superior.

Almeida e Baptista (2013) observaram que os Currículos Mínimos reivindicavam noções humanísticas em seus teores, onde o enfoque técnico buscava a facilitação possível ao acesso à informação dentro dos sistemas nas bibliotecas, como catálogos e bibliografias, e o enfoque erudito se apresentava como herança do ideal republicano, de educação para todos. No entanto, nenhuma perspectiva agradava a todos os acadêmicos, considerando as diferentes demandas sociais e as particularidades de cada localidade em que os cursos se encontravam (e ainda se encontram).

Com o surgimento das Diretrizes Curriculares as Instituições de Ensino Superior passaram a ter mais flexibilidade na formação dos currículos. O que possibilitou que as escolas adequassem ainda mais seus cursos às demandas sociais, e isto permitiu aceitação do modelo instituído pelas diretrizes no meio acadêmico.

Considerando essa aceitação, as Diretrizes permitiram a inclusão de competências e atribuições que o bibliotecário deveria ser formado para atuar profissionalmente. Para Almeida e Baptista (2013) as Diretrizes ofereceram liberdade para as escolas construírem seus currículos direcionados ao atendimento de acordo com as demandas regionais. Essas autoras ainda observam que o Currículo de Biblioteconomia evolui com o passar dos anos, contudo, se faz necessário controle constante de docentes e discentes da área para que os currículos se desenvolvam em consonância com aspectos tecnológicos e mudanças sociais à formação do bibliotecário.

Para as autoras, os cursos devem formar bibliotecários competentes nas “atividades relacionadas à organização, tratamento, disseminação, promoção e acesso à informação como também bibliotecários conscientes da importância da profissão na sociedade” (ALMEIDA; BAPTISTA, 2013, p. 12).

Nesse contexto, o conceito de sincretismo da Biblioteconomia brasileira, explicado por Alentejo e Pinheiro (2014) explana que os diferentes aspectos históricos e sociais são resultado da combinação de teorias e práticas de diferentes escolas e nacionalidades que tanto justapôs quanto colocou em oposição variadas combinações de vertentes sobre o pensar e o fazer em Biblioteconomia.

Desse modo, o caráter humanístico reivindicado nos currículos mínimos do início da profissionalização da Biblioteconomia brasileira ainda está presente na atualidade da formação em Biblioteconomia, relevando circunstâncias locais, mas que, buscam ao mesmo tempo integrar-se ao desenvolvimento e mudanças no seio da sociedade. Assim, para os autores, o caráter humanístico, do qual os cursos celebram em suas matrizes e planos pedagógicos, se refere à potência de atender às mudanças e atualizações da sociedade.

Nessa direção, os cursos de graduação em Biblioteconomia no Brasil acompanham a o fenômeno humanístico vigente no ensino superior. Tal como explicam Cenci e Fávero (2008, p. 1), a busca pela formação integral do ser humano constitui-se num marco da cultura ocidental sob o aspecto “do formar-se humano a si mesmo por meio da ação interativa consigo mesmo e com os demais”.

Com esse intuito a ideia de formação humanística tem uma base tradicional histórica e também precisa reatualizar-se conforme a atualidade marcada por circunstâncias histórico-sociais e culturais próprias, tais como:

- a) uma sociedade pós-industrial marcada pelo acirramento da competição desregrada que acentua o individualismo possessivo;
- b) o incremento gigantesco de novas tecnologias e informações no âmbito da vida educacional e cotidiana das pessoas;
- c) a pluralidade e diversidade de novas formas de vida, que não encontram mais seu sentido e sua referência num único ponto ou num único lugar;
- d) por fim, a tensão central que emerge da exigência, por um lado, de formação especializada, capaz de formar um profissional cada vez

mais dinâmico e versátil, apto a “solucionar problemas” e, por outro, de formação integral, alicerçada em valores que possam comprometer eticamente a formação especializada com problemas sociais e morais que dizem respeito ao destino da humanidade e do planeta (CENCI; FÁVERO, 2008, p. 1).

Nesse entendimento, fica claro o valor humanístico acadêmico ligado ao valor de formação profissional tendo como parâmetro as mudanças sociais, o que necessariamente se manifesta pela avaliação curricular dos projetos pedagógicos na busca de fornecer à sociedade tais aspectos de competência profissional. O caráter humanístico frente à diversidade busca, portanto, uma preparação acadêmica para um futuro social igualitário.

Atualmente há 39 cursos de Biblioteconomia entre universidades federais, estaduais e particulares distribuídos da seguinte forma:

Quadro 1 - Total de cursos de bacharelado em Biblioteconomia no Brasil

Cursos de Biblioteconomia no Brasil	
Faculdades/Universidades	Quantidade
Universidade Federais e Estaduais	27
Faculdades Particulares	13
TOTAL	39

Fonte: Alentejo (2014a).

No entanto, um breve exame aos Projetos Pedagógicos desses cursos demonstra que os currículos que vigem nas Escolas de Biblioteconomia no país têm por principais características: a interdisciplinaridade, ou seja, abrange diversas áreas do conhecimento, a transdisciplinaridade, onde diferentes níveis de realidade, regidos por lógicas diferentes, juntam-se a outros conhecimentos sem a predominância de um sobre o outro; de modo complementar, mas, em nenhum dos 39 Planos Pedagógicos examinados se verificou a inclusão de valores sociais da população LGBTTT.

Num processo de mudanças, o curso de Biblioteconomia da UNIRIO promoveu sua mudança curricular com base em seu projeto pedagógico em vigor, o que se verifica a seguir.

5.5 Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado de Biblioteconomia

Nos últimos dez anos, a qualidade do ensino superior no Brasil tem sido objeto de ampla discussão. De norte a sul do país, reivindica-se um ensino público, de qualidade, capaz de suprir as demandas da sociedade e de promover a pesquisa e o desenvolvimento.

Os fóruns de encontros profissionais têm contribuído para a comunhão de profissionais da informação, vinculados ou não a Entidades ou Instituições de Ensino. Estes vêm contribuindo no sentido de resgatar os caracteres científico e humanístico próprios ao curso de Biblioteconomia, aperfeiçoando sua função histórica de suporte à pesquisa e à produção do conhecimento, ao ensino e à promoção da cultura (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2010).

A partir da reflexão de Alentejo (2014a) sobre a reforma curricular do curso de Biblioteconomia da UNIRIO, observa-se o desenvolvimento de um projeto pedagógico pautado em natureza humanística de produção do conhecimento.

Humanismo ou caráter humanístico do curso, portanto, teria sentido de valorização do saber crítico voltado para um maior conhecimento do homem e uma cultura capaz de desenvolver as potencialidades da condição humana, condição esta herdada do curso de Biblioteconomia francês, da École de Chartes, pós-revolução francesa (FONSECA, 1979).

Alentejo (2014a) observa a história do desenvolvimento do Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Biblioteconomia da UNIRIO e verifica que a constituição de Comissão de revisão Curricular avaliou certos aspectos - no âmbito geral e específico. Tinha por finalidade a elaboração de proposta de formação do bibliotecário enquanto profissional da informação de modo adequado à realidade da Sociedade da Informação e diante das demandas sociais e do mercado de trabalho.

Conforme reportado no Projeto Pedagógico (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2010), o desenvolvimento dos trabalhos

sublinhou o caráter social e humanístico da profissão do bibliotecário, em vista do exercício pleno da cidadania, soluções que certamente só poderiam acontecer com uma reformulação curricular, pautada nos documentos encaminhados pelo MEC e no Projeto Pedagógico da UNIRIO.

De acordo com Alentejo (2014a), a primeira comissão instituída pelo colegiado ocorreu em 1997. Em 2002 em diante, os trabalhos evoluíram as discussões que resultaram no fortalecimento do Grupo de Trabalho da reforma curricular. Em 2006, o reconhecimento formal da universidade, através de portaria, considerou o grupo de docentes e a participação discente à reformulação pretendida (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2010).

No âmbito externo e ao longo do tempo, as bases de estudos e discussões tiveram como fontes: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e o Plano Nacional de Educação. Estas instâncias contribuíram para o estabelecimento dos objetivos da reforma curricular, considerando a essa altura, o novo currículo do curso de bacharel em Biblioteconomia (noturno e diurno). No âmbito interno, também foram fontes os Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Plano Pedagógico Institucional (PPI) da UNIRIO, ambos de 2006 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2010).

O PPI estabeleceu o perfil desejado de egressos, destacando que não deveria bastar a qualificação técnica e o espírito de pesquisa, mas o estímulo à convivência e aceitação da diversidade que descobre o outro, sendo, portanto, um dos pilares para o pleno desenvolvimento do estudante como pessoa integral, o que também constitui a excelência profissional (ALENTEJO, 2014a).

No plano específico da área de Biblioteconomia, a Comissão norteou-se pelos documentos gerados a partir de uma série de oficinas e seminários promovidos pela Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN) para a discussão e elaboração de um projeto pedagógico nacional para área e nas Diretrizes Curriculares Nacionais estabelecidas para o curso de Biblioteconomia (Parecer CNE/CES 492/2001) (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2010).

É com base nestas reflexões internas e nas realizadas em interlocução nacional, a Comissão ampliou, desde sua instalação, o debate a todo corpo docente e discente da Escola, resultando no Projeto Pedagógico para o Curso de Biblioteconomia da UNIRIO (ALENTEJO, 2014a).

O Projeto e a reforma dele derivada avaliou e atualizou o currículo de 1987 que ao longo dos anos foi sendo avaliado e adaptado de modo a acompanhar, no que coube, a atualização curricular de acordo com as mudanças sociais, econômicas.

Referindo-se ao delineamento do Perfil Profissional, Habilidades e Competências, o projeto pedagógico partiu do princípio que a educação é o elemento chave para o bem viver, numa sociedade onde a informação, o conhecimento e a aprendizagem foram considerados recursos imprescindíveis. Neste sentido, verifica-se que a educação em Biblioteconomia deve considerar “a relação homem/conhecimento, a informação, tanto local como desterritorializada, os conhecimentos e saberes como elementos-chave que definem diferenciais para os indivíduos nesta sociedade” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2010, p. 49).

Nesse cenário, o Curso de Bacharelado em Biblioteconomia da UNIRIO assumiu como objetivo a formação de profissionais aptos a atuarem como agentes engajados nos processos sociais, culturais, educacionais e de democratização da informação.

Para tanto, o aluno deve ser estimulado de modo a desenvolver determinadas características ao longo do curso, de maneira que seja: Ético; Valorizador da cultura, memória e patrimônio nacionais; Capacitado a atualizar-se; Desejoso em ampliar sua cultura geral; Investigador, Criativo e Inovador; Orientado às necessidades da comunidade onde estiver inserido; Capaz de trabalhar em perspectivas multi e interdisciplinares (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2010, p. 50).

Quanto aos componentes curriculares, estes devem capacitar o aluno a:

- a) Entender as relações sociais e mapear as necessidades das comunidades na qual esteja inserida a unidade de informação onde trabalhe;
- b) Gerar produtos que atendam às necessidades diferenciadas destas comunidades, seus subgrupos ou usuários individuais;

- c) Planejar, executar e avaliar atividades inerentes à implantação, gerência e desenvolvimento de unidades de informação;
- d) Capaz de selecionar e de elaborar instrumentos para organização e disponibilização de informações adequadas à realidade e às necessidades das comunidades com as quais trabalha;
- e) Realizar seu trabalho com a disponibilidade tecnológica que disponha, seja ela qual for; Tomar decisões quanto à adequação dos avanços na tecnologia da informação à realidade bibliotecária nacional, adaptando novas tendências às particularidades e necessidades próprias de nosso país e continente;
- f) Manejar eficientemente as metodologias e técnicas das diferentes áreas da Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação.
- g) Integrar grupos interdisciplinares no desenvolvimento de projetos de informação em nível institucional, nacional e internacional.
- h) Conhecer e compreender os fundamentos filosóficos e sociológicos da profissão.
- i) Realizar trabalhos cooperativos com outras bibliotecas ou unidades de informação;
- j) Prestar assessoria, consultoria e emitir laudos e pareceres técnicos;
- k) Estruturar programas que provenham competência informacional à comunidade e usuários no sentido de: pesquisa, coleta, avaliação e organização de informações, assim como meios para disponibilizarem suas produções. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2010, p. 50-51).

Considerando as finalidades dos componentes curriculares, descritos acima, verifica-se certa subjetividade quanto ao entendimento no trato do profissional com seus usuários, presumindo-se que este se encerra ou se completa no valor humanístico caracterizado nesse discurso pedagógico. No entanto, tal subjetividade tanto permite envolver o tema desta pesquisa quanto excluí-lo dadas as contingências sociais, ideológicas ou históricas em que a sociedade constrói suas relações.

Nesse novo ambiente pedagógico, buscou-se saber junto aos alunos que estão finalizando o curso de bacharelado em Biblioteconomia, como esse caráter humanístico dos objetivos, pretendido conectar-se com a realidade de mercado e habilidades do futuro profissional bibliotecário, em diversas possibilidades de atuação, como a formação que tiveram, até o momento, contribuiu para a preparação do curso para atenderem o público LGBTT.

Com isso, verifica-se a seguir os resultados obtidos a partir de avaliação da amostra de alunos quanto ao tema, e que foi proposta por esta pesquisa através de formulário de coleta de dados, enviados via *GoogleDocs* no terceiro mês do semestre letivo do início de 2015.

6 RESULTADOS

Sob o ponto de vista social e educacional, resulta-se que o ser humano aprende e aprimora seus entendimentos sobre si e sobre os que os cercam, na convivência social, por meios de discursos elaborados ao longo de sua vida (BUTLER, 2003), não percebendo que as verdades absolutas são uma construção social perpassada ao longo do processo histórico, nem sempre orientada pela consciência, mas também pelas emoções, das quais não são controláveis. Portanto, o próprio desejo deve fazer parte do aprendizado social.

Segundo, Torres (2013) “a escola e a educação são modos de controle e regulação resistentes às ações coletivas”, sendo necessária a abrangência de educação que contemple o sentido igualitário do público LGBTTT, com o intuito de acolher e não incluir um indivíduo que já faz parte da sociedade, legitimando assim o apoio e o reconhecimento dos direitos humanos e constitucionais dessa população.

Em termos das variáveis de pesquisa, o exame obtido com a revisão de literatura proporcionou a verificação de elementos conexos ao valor humanístico reivindicado pelos cursos em nível superior de formação do bibliotecário, principalmente, na UNIRIO, e que buscam produzir componentes curriculares consoantes com as mudanças sociais e políticas positivas de inclusão social com base no ideal de direitos humanos.

Nesse sentido, as variáveis de pesquisa foram compostas pela percepção dos alunos em fase de conclusão do curso considerando: a) o gênero ao qual o respondente auto se identifica; b) a orientação sexual a qual cada respondente auto se identifica; c) a percepção das disciplinas com as quais questões relativas à diversidade foram vivenciadas por cada respondente; d) as habilidades desenvolvidas no processo de aprendizagem em lidar com a diversidade de público em bibliotecas, como a população LGBTTT; e) orientações disciplinares recebidas durante o curso em termos de atendimento aos usuários LGBTTT.

Vale ressaltar que em relação à base conceitual e objetivos propostos no Programa Brasil Sem Homofobia, preferiu-se oferecer a oportunidade a cada

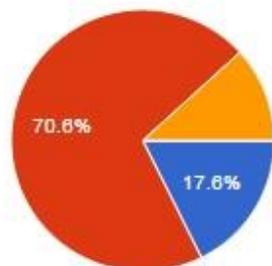
respondente de este justificar sua percepção diante de sua avaliação ao curso. Os resultados obtidos são apresentados a seguir.

6.1 O gênero ao qual o respondente auto se identifica

Segundo estudiosos e ativistas ao prepararem o documento denominado Princípios de Yogyakarta, produzido na Indonésia, 2006, entende-se por identificação de gênero como estando referida à experiência interna, individual e profundamente sentida que cada pessoa tem em relação ao gênero, que pode ou não, corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo-se aí o sentimento pessoal do corpo (que pode envolver, por livre escolha, modificações da aparência ou função corporal por meios médicos, cirúrgicos ou outros modos) e outras expressões de gênero, inclusive o modo de vestir-se, o modo de falar e maneirismos (TORRES, 2013).

Gráfico 1 – Identificação de gênero

Quanto a identificação de gênero, você se considera:



Masculino	3	17.6%
Feminino	12	70.6%
Ambos	2	11.8%
Outros	0	0%

Fonte: Elaboração do autor

O gráfico acima demonstra que dos 17 respondentes, onde 3 se identificam com o gênero masculino, 12 com o gênero feminino e 2 se identificam com as duas ramificações de gênero apresentada.

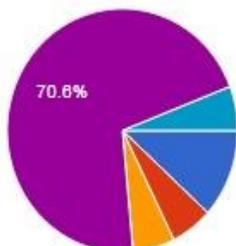
6.2 A orientação sexual a qual cada respondente auto se identifica

Embasado no documento citado acima, no item 6.1, compreende-se por orientação sexual como estando referida à capacidade de cada pessoa de experimentar uma profunda atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduos

de gêneros diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero, assim como de ter relações íntimas e sexuais com essas pessoas (TORRES, 2013).

Gráfico 2 – Orientação Sexual

Quanto a orientação sexual, você se considera:



Homossexual Masculino	2	11,8%
Homossexual Feminino	1	5,9%
Bissexual (Pansexual)	1	5,9%
Assexuado	0	0%
Heterossexual	12	70,6%
Outros	1	5,9%

Fonte: Elaboração do autor

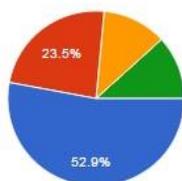
Mesmo sendo a maioria, 70,6 % dos respondentes heterossexuais, percebe-se que as outras ramificações de orientações sexuais são presentes na pesquisa e na instituição de ensino, tornando-se assim enfadonho as abordagens para esse público.

6.3 A percepção das disciplinas com as quais questões relativas à diversidade foram vivenciadas por cada respondente

Com base no cronograma de disciplinas, percebe-se a existência de disciplinas voltadas para o atendimento ao usuário, mas não sendo nenhuma delas abrangente para o público LGBTT.

Gráfico 3 – Disciplinas de atendimento ao Público LGBTT

Quantas matérias de atendimento ao público você percebeu no curso?



Uma	9	52.9%
Duas	4	23.5%
Três	2	11.8%
Mais de três	2	11.8%

E quantas delas tratam sobre as habilidades em lidar com a diversidade de público em bibliotecas, como a população LGBTT?

nenhum
uma
Nenhuma
0
Nenhuma.
Nenhuma, até o momento.
As matérias tentam moldar o profissional para cada situação mas sem aprofundamento.

Fonte: Elaboração do autor

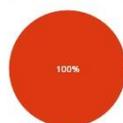
Dentre os respondentes verificou-se que o percentual de 52.9% validam apenas uma disciplina para atendimento a usuários em bibliotecas, já 23.5% sinalizam duas matérias contidas em seu currículo com esse objetivo e 11.8% disseram possuir três ou mais de três disciplinas com essa finalidade.

6.4 As habilidades desenvolvidas no processo de aprendizagem em lidar com a diversidade de público em bibliotecas, como a população LGBTT.

Percebe-se que em conjunto com outro questionamento do questionário, nenhuma delas abrangem a diversidade, principalmente ao público LGBTT, no currículo acadêmico.

Gráfico 4 – Orientação acadêmica, em Biblioteconomia, para atendimento ao Público LGBTT

Você considera que as matérias oferecidas pela Universidade abrangem e orientam como o profissional da informação deverá se comportar ao realizar atendimento a usuários LGBTT?



Sim	0	0%
Não	17	100%

Fonte: Elaboração do autor

O total de 100% dos respondentes avalia que em nenhuma matéria oferecida durante todo o curso de biblioteconomia na UNIRIO, é contemplado a orientação para o público LGBTTT.

6.5 Orientações disciplinares recebidas durante o curso em termos de atendimento aos usuários LGBTTT

Questionou se em alguma das disciplinas cursadas pelos respondentes, era possível a implantação das abordagens teorizadas na pesquisa.

Figura 1 – Disciplinas de atendimento ao Público LGBTTT

Quais matérias do seu currículo universitário te possibilitaram uma explanação sobre comportamentos sociais LGBT?

didática
Nenhuma.
Ciências Sociais, Psicologia, Estudos de usuários.
nenhuma
Introdução à Psicologia
Serviço de Referência
Serviço de referência, estudos de usuários e OAB

Percebe-se que os respondentes conseguem identificar a possibilidade de explanação sobre os assuntos em algumas disciplinas do currículo, como: Ciências Sociais, Psicologia, Serviço de Referência, mas principalmente em Estudo de Usuários, mas com o comparativo com a pesquisa em sua totalidade, não se percebe esse acolhimento.

Embasado nos resultados da pesquisa, é possível identificar que a abrangência curricular não circunda as questões de diversidade e principalmente as de diversidade sexual apontadas na pesquisa que colaboram para um desenvolvimento social igualitário, destacando-se pelo resultado, que em sua totalidade de respondentes estabelece que o tema não é abordado em nenhuma estância acadêmica, não só desvalorizando um grupo social, mas mascarando a realidade da sociedade atual: isso contribui para perpetuar o separatismo social e a manutenção do preconceito que passa a alcançar os bens culturais.

De acordo com os dados analisados, discute-se se o silêncio curricular manifestado durante o curso, na falta da abordagem de temas relativos à

diversidade e à população LGBTTT não seria uma forma de não permitir o desenvolvimento de habilidades profissionais conexas à inclusão de valores sociais de visibilidade e acesso aos bens culturais, como as bibliotecas, aos cidadãos LGBTTT.

Nesse contexto, discute-se que é necessário rever esse 'modelo' exclusivo do tema desta pesquisa e apontado na formação do bibliotecário do curso de Biblioteconomia da UNIRIO segundo a percepção dos respondentes. De modo que a preparação acadêmica possa garantir no futuro um modelo igualitário.

Sob a expectativa de um futuro igualitário, dentro do curso de Bacharelado em Biblioteconomia, bem como dentro da UNIRIO, uma possível medida seria a adesão das diretrizes do Programa Brasil Sem Homofobia, dentre as quais, se poderia contemplar ações que comprovem o respeito ao cidadão e a não-discriminação por orientação sexual, a formação continuada de professores na área da sexualidade; eliminação de aspectos discriminatórios por orientação sexual e a superação da homofobia; estímulo à produção de materiais educativos (filmes, vídeos e publicações) sobre orientação sexual e superação da homofobia; apoio e divulgação da produção de materiais específicos para a formação de professores e divulgação de informações científicas sobre sexualidade humana no âmbito disciplinar.

Tais medidas não implicam em fazer mudanças do Projeto Pedagógico do curso, e nem significariam uma panaceia para as questões identificadas, mas, seriam o começo para que as noções sobre diversidade e inclusão de valores sociais se espalhassem durante e também depois da formação do bibliotecário.

7 CONCLUSÃO

Tendo em vista a análise da formação do bibliotecário quanto ao preparo relacionado à inclusão de valores sociais ao público LGBT no âmbito da Biblioteca, questionou-se como a academia deve proporcionar orientação profissional em Biblioteconomia para a inclusão de valores ao público LGBTTT?

Historicamente, os cursos de formação do bibliotecário no País têm reivindicado uma educação humanística, tal como apontam Fonseca (1979), Almeida e Baptista (2013) e Alentejo e Pinheiro (2014). Com o surgimento das Diretrizes Curriculares, as Instituições de Ensino Superior passaram a ter mais flexibilidade na formação dos currículos cujas diretrizes pedagógicas dos cursos em Biblioteconomia estão pautadas na mesma natureza humanística de produção do conhecimento, e que reafirmaram seus projetos pedagógicos balizados pela noção de bibliotecas para todos. Como é o caso do curso de bacharelado da UNIRIO.

No entanto, nenhum dos Projetos Pedagógicos dos 39 cursos de Biblioteconomia no Brasil contempla a formalização do ideal de inclusão de valores sociais à diversidade e à cidadania LGBTTT, assim como, o da UNIRIO também não o formaliza e tampouco abrange, em seus currículos disciplinares, a noção de diversidade LGBTTT e inclusão de seus valores.

Embasado na Constituição do Brasil, e considerando que o Brasil é signatário da Declaração dos Direitos Humanos da ONU e o País através das organizações LGBTTT e entidades de Estado promovem o combate à homofobia, incluindo o ideal de valores sociais e visibilidade da cidadania LGBTTT pelo Programa Brasil Sem Homofobia, entende-se que o acolhimento e a abrangência as ditas como minorias sociais deveriam além de ser inclusiva, serem não alimentadoras aos conceitos de separatismo social e de exclusão social de uma parcela pertencente à sociedade, tendo em vista que um ser humano já contemplando com o status de nascente em um determinado âmbito social já está inserido aos direitos e dos deveres estipulados pelas leis como quaisquer outros seres.

Esta pesquisa buscou especificamente analisar a avaliação de alunos em fase de conclusão de curso de graduação em Biblioteconomia da UNIRIO

no primeiro semestre de 2015. Com isso, questionou-se assim como estes alunos avaliam a preparação do curso para ações de inclusão de valores ao público LGBTTT nas bibliotecas?

A amostra de dezessete respondentes, no universo de trinta graduandos, representa cerca de 50% de alunos que tiveram a experiência em relação ao que se propões esta pesquisa. Os dados demonstraram a invisibilidade LGBTTT na formação do bibliotecário, bacharel. Temos como exemplo, a fala de um dos respondentes: “Infelizmente são ínfimas no currículo de disciplinas que possibilitem abranger e exercitar uma argumentação sobre a função social do bibliotecário frente às questões contemporâneas. Há bastante incentivo para as questões tecnicistas e certo direcionamento a bases filosóficas, mas nada que adeque o debate ao panorama das minorias sociais, principalmente as do segmento LGBT”.

Como afirma uma das variáveis do questionário, nenhum dos alunos se sentiu contemplado pelas informações e conhecimento transmitidos e ofertadas pelo curso de Biblioteconomia da UNIRIO para o acolhimento ao público LGBTTT, impossibilitando assim a inclusão de valores sociais a esse grupo social, reafirmando a invisibilidade do mesmo perante a academia e consequentemente aos futuros profissionais.

O bibliotecário é profissional que além de ser responsável pelas técnicas cabíveis a sua formação, é um indivíduo que possuiu o poder informacional (ao realizar uma pesquisa, ao atender um usuário, ao tratamento para um indivíduo na instituição, entre outros), servindo de espelho para refletir o que a sociedade almeja, sendo um indivíduo dominador de recuperações informacionais a cerca de um determinado tema, que pode vir a ser decisivo na construção social da identidade de um ser.

Para futuros estudos, sugere-se que estudos com essa temática sejam aprofundados, principalmente, focando o curso de licenciatura em Biblioteconomia, pois, este deve formar profissionais que atenderão um público no âmbito da educação. Por fim, pela característica humanística do curso em Biblioteconomia da UNIRIO, há a potência deste oferecer a inclusão de valores LGBTTT para a formação acadêmica profissional, para um futuro igualitário.

REFERÊNCIAS

ALENTEJO, Eduardo da Silva. O ensino da biblioteconomia no contexto brasileiro. In: SEMANA ACADÊMICA DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA – SEABI, 2., 2014, Juazeiro do Norte. **Palestra...** Juazeiro do Norte: Universidade Federal do Cariri, 2014a. Disponível em: <<https://www.cariri.ufc.br/portal/noticias-ufca/destaques-da-ufca/item/283-ii-semana-acad%C3%AAmica-de-biblioteconomia-%E2%80%93seabi>>. Acesso em: 14 jan. 2015.

ALENTEJO, Eduardo da Silva. Power and community: organizational and cultural LGBT responses against homophobia and promotion of inclusion values. In: IFLA WLIC, 70, 2014. **Proceedings...** Lyon: IFLA, 2014b. p. 16-22. Session 151: Questioning Users Special Interest Group: Lesbian, gay, bisexual, transgender and queer. Disponível em: <<http://library.ifla.org/id/eprint/1010>>. Acesso em: 20 dez. 2014.

ALENTEJO, Eduardo; PINHEIRO, Ana Virginia. The memory of Brazilian librarianship: past and present of the future. In: IFLA INTERNATIONAL CONFERENCE, SATELLITE MEETING, HISTORY OF LIBRARIANSHIP, 2014, Lyon. **Anais eletrônicos...** Lyon: IFLA Library Repository, 2014. Disponível em: <<http://histlibr2014.sciencesconf.org/user/submissions?docid=29496>>. Acesso em: 1 dez. 2014.

ALMEIDA, Neília Barros Ferreira de; BAPTISTA, Sofia Galvão. Breve histórico da biblioteconomia brasileira: formação do profissional. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: FEBAB, 2013. Disponível em: <<http://portal.febab.org.br/anais/article/view/1508/1509>>. Acesso em: 8 maio 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. **Estatuto social**. Disponível em: <<http://www.abglt.org.br/port/estatuto.php>>. Acesso em: 12 nov. 2014.

BBC BRASIL. **Senado do Canadá aprova casamento gay em todo o país**. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/story/2005/07/050720_gaycanadafn.s.html>. Acesso em: 10 jun. 2015.

BORDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da república Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 8 mar. 2015.

BUTLER, Judith. **Gender trouble**: feminism and the subversion of identity. Nova York: Routledge, 1990.

_____. **Problemas de Gênero**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CENCI, Ângelo Vitório; FÁVERO, Altair Alberto. Notas sobre o papel da formação humanística na universidade. **Revista Pragmática Filosófica**, São Paulo, ano 2, n. 1, , p. 1-8, 2008. Disponível em: <<http://www.nuep.org.br/site/images/pdf/rev-pragmateia-v2-n1-out-2008-notas-sobre-o-papel.pdf>>. Acesso em: 4 maio 2015.

CHÁVES, O. P. Diversidade social. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. **Dicionário**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. 1 CD-ROM.

CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO (2004). **Brasil sem homofobia**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2015.

ESPOLADOR; Rita de Cássia Tarifa; FERRARI; Geala Geslaine; CAPELARI, Rogério Sato. Uma análise acerca do contrato envolvendo a cirurgia de transgenitalização no Brasil. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL POR DEMANDAS SOCIAIS E POLÍTICAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA, 11., 2014, Santa Cruz do Sul. **Anais eletrônicos...** Santa Cruz do Sul: UNISC, 2014.

FIGARI, Carlos. **Eróticas de la disidencia en América Latina**: Brasil, siglos XVII al XX. Buenos Aires: Fundación Centro de Integración, Comunicación, Cultura y Sociedad, 2009.

FONSECA, Edson Nery da. **A Biblioteconomia brasileira no contexto mundial**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**: o cuidado de si. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

FREUD, S. **A dissolução do complexo de Édipo**. Rio de Janeiro: Imago, 1974. Originalmente publicado em 1924.

FRY, Peter. **O que é homossexualidade**. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRUPO DIGNIDADE. **Lampião da esquina**: revendo a história LGBT para progredir. Curitiba, 2015. Disponível em: <<http://www.grupodignidade.org.br/blog/cedoc/jornal-lampiao-da-esquina/>>. Acesso em: 3 abr. 2015.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **IFLA/UNESCO Public Library Manifesto, 1994**. Paris, 1994. Disponível em: <<http://archive.ifla.org/VII/s8/unesco/eng.htm>>. Acesso em: 2 maio 2014.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade sexual na educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade: UNESCO, 2009.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LUVIZOTTO, Caroline Kaus. **Cultura gaúcha e o separatismo no Rio Grande do Sul**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

MELO, Marcos Ribeiro de. **Itinerários e lutas**: o engajamento de lideranças dos movimentos homossexual e LGBT em Sergipe (1981-2012). 2013. 226 f. Tese (Doutorado em Sociologia)- Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 31. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. Uma profissão em evolução: profissionais da informação no Brasil sob a ótica de Abbott: proposta de estudo. In: BAPTISTA, Sofia Galvão; MUELLER, Suzana Pinheiro Machado (Org.). **Profissional da Informação**: o espaço de trabalho. Brasília, DF: Thesaurus, 2004. p. 23 -54. (Estudos Avançados em Ciência da Informação, 3).

NUNES, M. B. Leitura, literacias e inclusão social. In: LOPES, J. T. (Org.). **Práticas de dinamização da leitura**. Porto: Sete-Pés, 2007.

RONDINI, Carina Alexandra; TEIXEIRA FILHO, Fernando Silva; TOLEDO, Livia Gonsalves. **Educação sexual nas escolas**: um desafio ao educador e à educação brasileira. In: TEIXEIRA FILHO et al. (Org.). **Queering**: problematizações e insurgências na psicologia contemporânea. Cuiabá: EdUFMT, 2013. p. 173-184.

SCHRADER, Alvin M. **Lis Service in Culturally Diverse Society**. Edmonton: University of Alberta, School of Library and Information Studies, 2014. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/alvinschrader/nowhere-to-turn-part-1-2015-slideshare>>. Acesso em: 16 abr. 2015.

SITOE, Yolanda. O desafio da universalidade dos direitos humanos em Moçambique. **Revista Mulher e Lei na África Austral**, Moçambique, 2012. Disponível em: <<http://www.wlsa.org.mz/o-desafio-da-universalidade-dos-direitos-humanos-em-mocambique/>>. Acesso em: 13 mar. 2015.

SILVA, Vera Couto da et al. (Ed.). **Direitos humanos e contribuição à cidadania homossexual**. Rio de Janeiro: Movimento D'ELLAS, 2005.

TORRES, Marco Antônio. **A diversidade sexual na educação e os direitos de cidadania LGBT na escola**. 2. ed. Ouro Preto: Autêntica, 2013. (Série Cadernos da diversidade).

ULLMANN, Reinholdo Aloysio. **Amor e sexo na Grécia antiga**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007. (Filosofia, 194).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Escola de Biblioteconomia. **Projeto pedagógico do Curso de Bacharelado em Biblioteconomia**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://www2.unirio.br/unirio/cchs/eb/projeto-politico-pedagogico-bacharelado>>. Acesso em: 11 nov. 2014.

VIANNA, Adriana; LACERDA, Paula. **Direitos e políticas sexuais no Brasil: o panorama atual**. Rio de Janeiro: CEPESC, 2004.

WARNER, Michael. **Fear of a queer planet: queer politics and social theory**. Minneapolis: University of Minnesota, 1993.

WEEKS, Jeffrey. **Sexuality and its discontents: meanings, myths and modern sexualities**. New York: Routledge, 1985.

WYLLYS, Jean. Casamento igualitário. In: CASAMENTO civil igualitário: os mesmos direitos com os mesmos nomes. [São Paulo], 2015. Disponível em: <<http://casamentociviligualitario.com.br/casamento-igualitario/>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

GLOSSÁRIO

ANDRÓGINO(A) - Pessoa que apresenta uma combinação de traços físicos quer masculinos quer femininos ou uma aparência que não permite identificar claramente qual é o seu sexo biológico.

ANDROGINIA - É um termo genérico, usado para descrever pessoas que assumem postura social (também relacionada à vestimenta), comum a ambos os gêneros (feminino e masculino).

ASSEXUALIDADE - É uma das formas de manifestação da sexualidade humana baseada na falta de atração sexual por pessoas. Essa é uma das definições mais bem aceitas sobre assexualidade, entretanto, ela não abrange todas as pessoas que adotam este comportamento/rótulo. Podemos dizer que esse conceito ainda está em construção e que ainda não há uma delimitação exata para toda a sua abrangência.

BIFOBIA - Consiste no facto de alguém (heterossexuais e homossexuais) sentir ódio, medo ou repulsa irracionais por bissexuais.

BISSEXUAL - É a pessoa que se relaciona afetiva e sexualmente com pessoas de ambos os sexos/gêneros.

CISGÊNERO (CIS) - Expressão recente no âmbito dos estudos de gênero e dos movimentos sociais. É utilizada para se referir a pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído ao nascer. Isto é, configura uma concordância entre a identidade de gênero e o sexo biológico de um indivíduo e o seu comportamento ou papel considerado socialmente aceito para esse sexo.

CROSSDRESSER - Pessoas que, regular ou ocasionalmente, usam roupas que socialmente são vistas como sendo usadas por pessoas do sexo oposto. Geralmente estas pessoas sentem-se bem com o seu sexo biológico e não querem mudá-lo.

DEMISSEXUAL - Alguém que só consegue sentir atração sexual depois de formar um vínculo emocional. Este vínculo não precisa ter natureza romântica.

DRAG - Diz respeito à adaptação de roupas e de papéis que tradicionalmente estão relacionados com um sexo diferente do seu. O objetivo é o jogo, o entretenimento ou o erotismo. Os homens que adotam elementos convencionais da mulher denominam-se Drag Queens e as mulheres que adotam elementos convencionais do homem denominam-se Drag Kings. Esta palavra não deve ser confundida com a palavra crossdresser.

F-M/FTM/F2M - Feminino para masculino. É usado para especificar o sentido da mudança no sexo dos transexuais para o fazer corresponder à sua identidade de género. Neste caso também se pode referir como um “transexual masculino” ou um “homem transexual”.

GAY - 1. Diz-se de um homem que se sente atraído fisicamente, emocionalmente e psicologicamente por outro homem. O termo foi cunhado ao fim da década de 1970 nos EUA como enfrentamento do movimento LGBTTT à retirada da homossexualidade da categoria de doenças psiquiátricas. 2. Usado por vezes como sinónimo de homossexual. Em inglês o termo gay engloba quer o homem homossexual quer a mulher homossexual.

GÊNERO - Sistema de classificação que atribui qualidades de masculinidade e de feminilidade aos corpos do homem e da mulher. As características de

gênero são muitas vezes arbitrárias e podem mudar quer ao longo do tempo quer de cultura para cultura.

HETERONORMATIVIDADE - Termo que descreve o conjunto de normas sociais que associam o comportamento heterossexual ao "padrão". Essa expressão é utilizada para se referir à ideia de que o comportamento heterossexual é o único válido socialmente ou, em alguns casos, o único existente.

HETEROSSEXISMO - É o pressuposto social de que todos/as são heterossexuais e que a heterossexualidade é de alguma forma superior à outras formas de sexualidade. Heterossexismo é um termo mais abrangente que a homofobia, já que este último remete imediatamente para a noção de fobia.

HETEROSSEXUAL - 1. Pessoa que se sente atraída física, emocional e psicologicamente por pessoas de sexo diferente do seu. 2. Pessoa que se relaciona sexual e/ou afetivamente com pessoas do sexo/gênero diferente do seu.

HOMOAFETIVO - Adjetivo que começou a ser utilizado como eufemismo para transitar no meio jurídico. É usado para generalizar a multiplicidade de relações homoafetivas. Conota aspectos emocionais e afetivos envolvidos na relação amorosa entre pessoas do mesmo sexo/gênero. Portanto, nem sempre ao tratar de homossexuais e relações homossexuais, o termo homoafetivo é o mais adequado – afinal, não se trata do indivíduo, nem todas as relações são afetivas/amorosas.

HOMOERÓTICO - Noção flexível para descrever a pluralidade das práticas ou desejos sexuais relacionados aos sujeitos do mesmo sexo/gênero. Assim como

homoafetivo, não é usado para descrever pessoas, mas aspectos relacionados à relação homoerótica.

HOMOFOBIA - 1. Termo usado pela primeira vez pelo psicólogo George Weinberg num livro seu intitulado *A Sociedade e o Homossexual Saudável* (1972), em que se refere à homofobia como sendo medo irrealista ou irracional ou como uma aversão à homossexualidade. A homofobia é uma doença social que se tem vindo a prolongar devido aos estereótipos negativos e aos conceitos errados associados geralmente à homossexualidade. A homofobia pode levar ao ódio, à discriminação e à violência contra homossexuais e bissexuais. 2. A homofobia pode ser definida como o medo, a aversão, ou o ódio irracional aos homossexuais, e, por extensão, a todos os que manifestem orientação sexual ou identidade de gênero diferente dos padrões heteronormativos.

HOMOSSEXUAL - Diz-se de uma pessoa que se sente atraída fisicamente, emocionalmente e psicologicamente por uma pessoa do mesmo sexo.

IDENTIDADE DE GÊNERO - Identidade de gênero é a percepção que uma pessoa tem de si como sendo do gênero masculino, feminino ou de alguma combinação dos dois, independente de sexo biológico. Trata-se da convicção íntima de uma pessoa de ser do gênero masculino (homem) ou do gênero feminino (mulher).

INTERSEXUAL/INTERSEXO - 1. Indivíduo que tem órgãos genitais/reprodutores (internos e/ou externos) masculinos e femininos, em simultâneo. 2. O termo hermafrodita caiu em desuso. O correto é usar intersexual, para o caso de pessoas com uma variedade de condições genéticas e/ou somáticas – e acabam apresentando anatomia reprodutiva e sexual que não se relaciona às definições típicas do feminino ou do masculino.

LÉSBICA - 1. Diz-se de uma mulher que se sente atraída fisicamente, emocionalmente e psicologicamente por uma outra mulher.

2. Mulher que é atraída afetivamente e/ou sexualmente por pessoas do mesmo sexo/gênero. Não precisam ter tido, necessariamente, experiências sexuais com outras mulheres para se identificarem como lésbicas.

LGBT - A sigla GLS não é mais utilizada, pois, entende-se que ela foi cunhada comercialmente na década de 1990 em São Paulo, principalmente com o surgimento de selos editoriais e casas comerciais destinados ao público LGBTT. A sigla GLS logo se mostrou socialmente excludente. Em LGBT, lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais são contemplados. Em GLS, apenas gays, lésbicas e simpatizantes (pessoas solidárias ou abertas em relação às identidades LGBT). Por muito tempo, a sigla GLBT foi sigla mais reconhecida internacionalmente, a partir da fundação da ILGA, tornando-se senso comum, mudada em 2008 para LGBT como mudança para dar mais destaque para as reivindicações das mulheres lésbicas.

LGBTI - Abrange também pessoas identificadas como 'Intersex'. A sigla é utilizada por organizações como a ONU e a Anistia Internacional como um padrão para designar esta parcela da população.

LGBTQI - Apesar da sigla LGBT ser a mais utilizada no Brasil, nos Estados Unidos se incluem também o Q e o I, representando as palavras "Queer" e "Intersex". Segundo a Sessão 151 - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Queer / do Grupo de Interesse Especial do Congresso Internacional da IFLA, 2014, o termo Queer contempla a cultura Queer sob todos os aspectos de suas manifestações, incluindo aquelas presentes nos espaços de bens culturais, como teatros e cinema.

LGBTT - Ou ainda LGBTTT, é a sigla de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros. Embora refira apenas seis, é utilizado para

identificar todas as orientações sexuais minoritárias e manifestações de identidades de gênero divergentes do sexo designado no nascimento.

M-F/MTF/M2F - Masculino para feminino. É usado para especificar o sentido da mudança no sexo dos transexuais para o fazer corresponder à sua identidade de gênero. Neste caso também se pode referir como uma “transexual feminina” ou uma “mulher transexual”.

ORIENTAÇÃO SEXUAL - É a atração física ou sexual, emocional e psicológica de um indivíduo a um sexo em particular. É definida pela Associação Psicológica Americana como um dos quatro componentes da sexualidade e distingue-se pela atração emocional, romântica, sexual ou atração afetiva por indivíduos de um determinado sexo. As três outras componentes da sexualidade são o sexo biológico, a identidade de gênero e o papel social do sexo. Existem assim diferentes orientações sexuais e a cada tipo de indivíduo atribui-se as seguintes designações: homossexual (gay/lésbica), bissexual e heterossexual.

PANSEXUAL - Talvez, seja uma maneira de mostrar – mais do que qualquer outra sexualidade -, que realmente não importa a identidade sexual ou o gênero em um relacionamento, são seres querendo ser felizes com outros humanos.

PANSEXUALIDADE - É caracterizada pela atração sexual, romântica e/ou emocional independentemente da identidade de gênero do outro. Inclui, portanto, pessoas que não se encaixam na binária de gênero homem/mulher.

QUEER - A teoria queer (ou estudos queer) pode ser percebida como um movimento teórico e político difuso e transnacional, que, de maneira geral, estabelece uma crítica a um modelo de hegemonia e aos seus próprios

binarismos (hetero/homo; homem/mulher), o qual separaria os corpos dos sujeitos entre normais e anormais.

SEXISMO - Teoria que defende a superioridade de um sexo, geralmente o sexo masculino, sobre o outro.

SEXO BIOLÓGICO - 1. Assume-se frequentemente que é o sexo cromossomático ou então o sexo genital, que pressupõe capacidades reprodutivas. Existem pelo menos sete fatores que contribuem para o sexo biológico: cromossomas (XY, XX, ou outras combinações), genitais (estruturas reprodutivas externas), gónadas (presença de testículos ou ovários), hormonas (testosterona, estrogénios), diferenciação de algumas zonas do hipotálamo (uma parte do cérebro), sexo antigénico (presença ou ausência do antigénio H-Y no sangue) e sexo psicológico (por vezes denominado identidade de género). Nem sempre todos estes fatores são observados numa determinada pessoa. 2. Conjunto de informações cromossômicas, órgãos genitais, capacidades reprodutivas e características fisiológicas secundárias que diferenciam machos e fêmeas. Não é o mesmo que gênero.

TRANS - Expressão usada para se referir tanto às travestis quanto às pessoas transexuais. Para englobar a variedade de identidades, é utilizada também a grafia trans* (com asterisco).

TRANSFOBIA - 1. Consiste no facto de alguém ter medo irracional ou ódio a transgéneros. 2. Palavra criada para representar a rejeição e/ou aversão às transexuais. A expressão está mais relacionada às ações políticas diferenciadas do movimento LGBT.

TRANSGÊNERO - 1. Também o mesmo que “transgender”, é alguém que não corresponde às categorias tradicionais dos géneros. No quadro português, são

todas as pessoas que não se comportam conforme se esperaria, de acordo com as convenções sociais, em função do seu aparelho reprodutor. 2. Terminologia utilizada para descrever pessoas que transitam entre os gêneros. São pessoas cuja identidade de gênero transcende as definições convencionais de sexualidade.

TRANSEXUAL - 1. Pessoas que se identificam, através da nomeação, vestimenta e transformações corporais, como pertencentes ao gênero diferente do “sexo” atribuído no nascimento e querem ser reconhecidas socialmente no gênero que desejam. Denomina-se mulher trans a pessoa que se apresenta de acordo com características associadas social e culturalmente ao gênero feminino; transexual masculino, ou homem trans, são pessoas que se apresentam de acordo com as características associadas social e culturalmente ao gênero masculino. 2. Pessoa que possui uma identidade de gênero diferente do sexo designado no nascimento. Homens e mulheres transexuais podem manifestar o desejo de se submeterem a intervenções médico-cirúrgicas para realizarem a adequação dos seus atributos físicos de nascença (inclusive genitais) a sua identidade de gênero constituída.

TRAVESTI - Termo tipicamente brasileiro e utilizado em alguns países da América Latina. Designa pessoas que se assumem e/ou se identificam com características físicas, sociais e culturais de gênero diferentes do seu “sexo” atribuído no nascimento. Isso não significa negação do sexo genital. Estas pessoas podem modificar seu corpo fazendo uso de silicone, cirurgias, hormonização e malhação. Por anos, transexuais e travestis foram “diferenciadas” pela questão da cirurgia de redesignação sexual (ou “troca de sexo”). Na verdade, fazer ou não a cirurgia é uma escolha pessoal que vai muito além destas definições e que depende também de avaliação médica para a concretização da intervenção cirúrgica.

**ANEXO A - Questionário aos formandos do primeiro semestre de
2015**

Estudo sobre a preparação acadêmica para um futuro social igualitário

Este formulário de pesquisa trata o tema de TCC "a formação acadêmica do Bibliotecário frente à população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Transgêneros (LGBTB)". Com o objetivo de analisar como a academia orienta a formação do futuro profissional de Biblioteconomia frente ao atendimento do público LGBTB.

Esta pesquisa está sob a orientação do Prof. Eduardo Alentejo da Escola de Biblioteconomia na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

A identificação e dados pessoais fornecidas não serão divulgados, as respostas ao questionário são anônimas e sigilosas para fins de análise estatística.

Ao responder este questionário o pesquisado concorda em participar voluntariamente do estudo.

***Obrigatório**

1. Nome

2. Idade *

3. Sexo *

Marcar apenas uma oval.

Masculino

Feminino

Outro: _____

4. Quanto a orientação sexual, você se considera: *

Marcar apenas uma oval.

Homossexual Masculino

Homossexual Femino

Bissexual (Pansexual)

Assexuado

Heterossexual

Outro: _____

08/07/2015

Estudo sobre a preparação acadêmica para um futuro social igualitário

5. Quanto a identificação de gênero, você se considera: **Marcar apenas uma oval.*

- Masculino
- Feminino
- Ambos
- Outro: _____

6. Quantas matérias de atendimento ao público você percebeu no curso? **Marcar apenas uma oval.*

- Uma
- Duas
- Três
- Mais de três

7. E quantas delas tratam sobre as habilidades em lidar com a diversidade de público em bibliotecas, como a população LGBT?

8. Você considera que as matérias oferecidas pela Universidade abrangem e orientam como o profissional da informação deverá se comportar ao realizar atendimento a usuários LGBT? **Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não

9. Quais matérias do seu currículo universitário te possibilitaram uma explanação sobre comportamentos sociais LGBT? *

10. Prezado respondente, poderia justificar sua resposta? *
